

José Álvaro de Lima Cardoso

CRISE E COLAPSO: A POLÊMICA SOBRE O FUTURO DO CAPITALISMO

Dissertação apresentada ao curso
de Mestrado em Economia Rural da
Universidade Federal da Paraíba,
Campus II, para a obtenção do
título de Mestre em Economia

Orientador:

Prof. Dr. Reinaldo A. Carcanholo

Campina Grande, 1992



C268c Cardoso, Jose Alvaro de Lima
Crise e colapso: a polemica sobre o futuro do
capitalismo / Jose Alvaro de Lima Cardoso. - Campina
Grande, 1992.
158f.

Dissertacao (Mestrado em Economia Rural) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Capitalismo Financeiro 2. Crises Economicas
Capitalistas 3. Dissertacao I. Carcanholo, Reinaldo A., Dr.
II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB).
III. Título

CDU 330.142.23(043)

prá VERA, RAMON

e ISADORA (que está chegando)

MEUS AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao Reinaldo, amigo e orientador, pelas dicas fundamentais que me transmitiu no momento certo, assim como pelo sacrifício de ter lido (e criticado) alguns dos meus terríveis *textos preliminares*.

Ao Prof. Célio Espíndola, esta grande figura, pela infinita paciência e pelo *banho* de informações que me passou sobre teoria de crise.

Ao Prof. Sílvio Cário, pela sua permanente boa-vontade e pela objetividade de suas sugestões (às vezes, é tudo que precisamos).

Ao amigo Antônio Chedid (o grande tiriça) pela *faxina* ortográfica e pelos comentários interessantes a respeito do conteúdo do texto.

Às companheiras da Federação do Comércio de Santa Catarina, por terem me concedido a honra de ter sido, durante vários meses, o único usuário da biblioteca da entidade.

À *turma* do DIEESE pelo incentivo que costuma dar a toda iniciativa no campo do estudo e da pesquisa.

À *tigrada* do Sindicato dos Bancários, em especial Neto, Evilásio e Daniel, pelo apoio e compreensão.

Ao Maurício e ao Beto, os dois únicos digitadores que conheço que corrigem concordância verbal e se interessam por teoria da crise.

Ao Olívio Teixeira, amigo e colega de mestrado, pelo incentivo e apoio logístico.

Ao pessoal do Mestrado em Economia, especialmente Nelma e Glória, pela força que sempre me deram nestes cinco anos (intermitentes) de convivência.

Agradeço por fim, à CAPES, pela viabilização financeira deste modesto trabalho.

Ao lado da gravidade da crise do sistema,
da acumulação de armas de destruição massiva
e da retomada de tendências irracionais,
patológicas, de desprezo e de raiva contra
o homem entre as classes proprietárias e uma
parte dos ideólogos e políticos a seu serviço,
a crise confronta a humanidade a uma versão
apocalíptica do dilema: "socialismo ou barbárie",
"sobrevivência ou aniquilamento coletivo".
(Ernest Mandel, A crise do Capital...)

SUMÁRIO

Buscamos no presente estudo fazer uma revisão bibliográfica a respeito da polêmica teórica sobre o problema das crises econômicas capitalistas e, a partir daí, avançar na compreensão deste complexo fenômeno sócio-econômico.

Inicialmente empreendemos um levantamento das principais contribuições sobre crise e colapso geradas no interior da II Internacional Comunista, procurando extrair do debate ali realizado as questões fundamentais que o motivaram.

Posteriormente, com base nos escritos de Marx e de seus seguidores, procuramos elaborar um esquema de análise que, através de uma ótica multicausal, interrelacionasse de forma coerente os elementos centrais do problema das crises.

Num terceiro momento, buscamos organizar o cerne das recentes contribuições sobre crise, mais especificamente as Teorias da Regulação e as do "Profit Squeeze", analisando e criticando seus principais conceitos e hipóteses.

ABSTRACT

Our target with this work is to do a bibliographic review, concerning to the theoretic polemics on the problem of capitalist economic crisis and, consequently, to go ahead on understanding this complex social and economic phenomenon.

Initially we build a compilation of the main contributions to crisis and collapse's theory on II Communist International, trying to abstract from the debate the fundamental questions that motivated it.

After it, based on Marx's writings - and on his partisan's - we elaborate a scheme of analysis, through a multicausal point of view, that interrelates coherently the main elements on crisis' problem.

At last, we try to organize the essence of recent contributions to crisis' theory, more specifically the theories of "Regulation" and "Profit squeeze", analyzing and criticizing their main concepts and hypothesis.

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO GERAL	
1.1 - O objeto de estudo e sua problematização	2
1.2 - Objetivos	7
1.3 - Quadro de referência teórico-metodológico	9
2 - A POLÊMICA DA CRISE E DO COLAPSO NO INTERIOR DA II INTERNACIONAL	
2.1 - Introdução	17
2.2 - Rosa Luxemburg: A reação <i>subconsumista</i>	26
2.3 - Os enganos de Rosa Luxemburg	29
2.4 - O esquema de Otto Bauer	33
2.5 - A visão de Lenin	37
2.6 - A contribuição de Bukharin	44
2.7 - O <i>colapso</i> segundo Henryk Grossmann	48
2.8 - A realização da produção e o problema da monocausalidade	54
2.8.1 - O problema da realização do produto social	54
2.8.2 - Os esquemas de reprodução e seu significado	56
2.8.3 - O problema da monocausalidade nas abordagens sobre crise e colapso	59
3 - UMA VISÃO MARXISTA DA CRISE	
3.1 - Introdução	65
3.2 - A necessidade da crise de sobreprodução	70
3.3 - O capital bancário e o crédito	77
3.4 - A contradição entre o caráter social da produção e a sua apropriação privada	83
3.5 - A lei da queda tendencial da taxa de lucro	87
3.6 - Críticas à lei tendencial: Sweezy e Robinson	106
3.7 - A queda da taxa de lucro e a crise econômica	115
4 - TEORIAS RECENTES DA CRISE	
4.1 - Introdução	120
4.2 - As teorias do <i>Profit Squeeze</i>	122
4.3 - As teorias da Regulação	128
4.4 - Críticas às teorias da regulação	138
5 - OBSERVAÇÕES FINAIS	146
ANEXO	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

CAPÍTULO I
Introdução Geral

1.1. O OBJETO DE ESTUDO E SUA PROBLEMATIZAÇÃO

Desde o nascimento da ciência econômica, o fato de reiteradamente as economias capitalistas se verem submergidas em situações de crise foi alvo da atenção dos pensadores ligados a esta área de conhecimento. Muitos trataram do tema, formulando explicações ou até negando a existência do problema, mas foram, no entanto, os autores marxistas que realizaram os mais importantes progressos teóricos a respeito desta discussão. Juntamente com a teoria do valor, pode-se afirmar que a teoria das crises consiste numa das maiores contribuições de Marx e de seus seguidores para a teoria econômica.

Todavia, não vamos encontrar na obra de Marx, de forma sistematizada, uma teoria sobre as crises. Esta, encontra-se elaborada através de uma concepção geral apenas, e distribuída ao longo de sua obra, em especial em algumas passagens dos *Grundrisse*, das *Teorias da Mais-valia* e de *O Capital*.

Marx percebe a possibilidade de surgimento das crises em função da própria dissociação existente entre a mercadoria e o dinheiro. Ao contrário dos clássicos, que acreditavam que a produção cria a sua própria procura, ele vê na unidade formada pelo movimento de metamorfose da mercadoria (compra e venda) a possibilidade da crise. A compra e a venda, que por um lado formam

uma unidade, por outro significam a "afirmação recíproca de independência" nas palavras de Marx.

Por constituírem uma unidade, tal afirmação de independência só pode ocorrer de forma violenta e destrutiva:

É justamente na crise que sua unidade se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. A crise portanto revela a unidade de elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreria crise se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença (Marx, Teorias da Mais-valia, v. II, 936).

Marx critica de forma contundente os chamados economistas apologéticos, por estes, ao tentarem negar a possibilidade de crises gerais do capitalismo, acabarem negando o próprio caráter fundamental desse modo de produção que é a produção de mercadorias. Ao qualificarem estas de *produtos* ressaltavam apenas o seu valor de uso e escamoteavam assim todas as contradições oriundas da contradição encerrada na mercadoria, entre valor e valor de uso.

A omissão do valor leva à negação do dinheiro como uma forma essencial de existência da mercadoria, já que esta tem que apresentar-se na forma de *valor de troca trabalho social geral*. Para Marx, a bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro e, com isso, a possibilidade da dissociação entre compra e venda, é o fundamento da produção capitalista. Porém, esta separação não explica a crise mas apenas a possibilidade desta. A dissociação aparece na crise, contudo "explicar a crise por essa forma elemen-

tar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise" (idem).

O dinheiro possibilita a dissociação, a independização dos dois momentos da troca (compra e venda) tanto no tempo, quanto no espaço. Poderá haver então a venda sem compra e isso atrapalha a metamorfose das mercadorias à forma dinheiro, o que possibilita uma superabundância geral de mercadorias em determinado momento.

Com base no materialismo histórico e dialético Marx conseguiu aprofundar suas descobertas a respeito das crises, exatamente porque as estudou em conexão com uma concepção geral das leis que movem a sociedade capitalista. Por conseguinte, o estudo da crise em Marx deve ser buscado na totalidade de sua obra. Ao longo desta, ele leva às últimas consequências o estudo do caráter anárquico e contraditório do modo de produção capitalista e sua análise permite entender o mecanismo que leva aos movimentos cíclicos da produção.

De qualquer sorte, o fato deste autor não ter realizado uma exposição sistemática e completa sobre a teoria das crises possibilitou não apenas ataques por parte de seus críticos, como principalmente um acirrado debate entre seus próprios seguidores. Alguns destes, para explicar as crises, basearam-se exclusivamente nos esquemas de reprodução do segundo volume de *O Capital*, o que os levou a enxergar a crise como mera ruptura da proporcionalidade entre os setores. Outros limitaram-se ao estudo da queda

tendencial da taxa de lucro. Um outro grupo ainda, se deteve no problema do subconsumo da população operária, ou da incapacidade do capitalismo de desenvolver-se sem mercados localizados fora deste modo de produção.

A revisão do debate considerado clássico sobre o problema das crises e do colapso do capitalismo - a ser empreendida no próximo capítulo - nos fornecerá uma noção da complexidade do tema e da polêmica que este sempre gerou no seio da teoria econômica. Em especial daquela de tradição marxista, que até por questões de estratégia política, foi quem indubitavelmente investiu mais tempo e esforço na elucidação da problemática da crise. Não foi por acaso, aliás, que do referido debate participaram todos os grandes dirigentes partidários e teóricos marxistas como Eduard Bernstein, Tugán-Baranovsky, Hilferding, Rosa Luxemburg, Lenin, Kaustsky, etc.

O debate clássico, no entanto, apesar de extremamente fecundo, em função da própria etapa vivida pelo capitalismo no momento em que ele ocorre, não esgotou ou resolveu a questão. Posteriormente vários autores se inseriram na discussão, através da crítica a certas formulações tradicionais e de novas contribuições.

Estas últimas, aliás, possibilitadas pela própria evolução do modo de produção capitalista, cujas formas atuais, por serem mais complexas, criam as condições objetivas para as análises igualmente mais complexas e mais ricas em determinações. Ou seja, a crise atual do capitalismo, que iniciou-se há vários anos e atinge praticamente todo o mundo, não apenas resgatou energicamente

o debate teórico sobre a crise (cujo patrocínio principal deve-se sem dúvida à tradição marxista) como colocou a implacável exigência deste obter avanços efetivos.

Ao contrário do que costumam afirmar alguns analistas precipitados, a derrocada do *socialismo real* não significa o fim da história. A devastadora e surpreendente explosão verificada no leste europeu nos últimos três anos não encobre a incapacidade do modo de produção capitalista de incorporar as amplas massas no mercado de consumo, nem tampouco acabou com as crises cíclicas deste sistema.

Na época de Rosa Luxemburg e Lenin o móvel concreto de impulsão do debate era essencialmente a consolidação da "etapa superior do capitalismo" e de tudo que isso representava. Hoje este móvel é a duração da crise econômica, sua intensidade e o fato de estar *mundializada*, envolvendo praticamente todos os países do globo.

Por tudo isso, o resgate e a compreensão do debate clássico e contemporâneo sobre a teoria marxista das crises econômicas, e a tentativa de definição de marcos teóricos para o enfrentamento dessa discussão, nisso consiste nosso objeto de estudo.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral:

Estudar a teoria marxista da crise econômica capitalista e, com base nas formulações de Marx, construir um modelo de análise que inter-relacione o mais didaticamente possível os principais elementos teóricos de explicação das crises cíclicas do capitalismo. Em outras palavras, buscar elaborar os elementos teóricos que, a partir de uma perspectiva marxista, sejam os mais adequados e eficazes no estudo da crise econômica.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Fazer uma revisão crítica do debate considerado clássico realizado no interior do marxismo sobre a crise e o

colapso do capitalismo, procurando nos posicionar em relação ao mesmo.

- Conhecer e inter-relacionar coerentemente os diversos escritos de Marx sobre a crise econômica, que estão distribuídos ao longo de sua obra, assim como entender as principais críticas referentes ao tema, que dirigiu aos economistas clássicos.

- Estudar as contribuições mais recentes a respeito do tema em questão, que sem dúvida sofrem um estímulo direto ocasionado pela atual crise do capitalismo mundial, e perceber até que ponto tais contribuições efetivamente agregam elementos de análise de fato importantes para o avanço da discussão.

1.3. QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste ponto não desejamos escrever um fatigante tratado sobre dialética, mas resgatar um conjunto de elementos metodológicos que sejam integrados e ofereçam uma visão mais completa a respeito da sociedade capitalista. Entendemos como necessário, para o estudo das crises, o resgate destes elementos. É óbvio que para nossos objetivos devemos resgatar da obra de Marx as contribuições sobre as crises. Estas, no entanto, não estão sistematizadas, encontrando-se fragmentadas ao longo de seus escritos, o que tem possibilitado muitas controvérsias e o aparecimento de várias "teorias marxistas" das crises.

Para superar tais dificuldades, devemos partir com o máximo de rigor das formulações de Marx a respeito do tema, tendo sempre como referencial o cerne de seu pensamento: sua visão materialista e dialética da história. Esta visão ele resume da seguinte forma:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.

Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam estas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (Marx, Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, In Obras Escolhidas, 300-303).

Para chegar a esta concepção, Marx estudou com profundidade o pensamento filosófico anterior, em especial Hegel, com quem o pensamento burguês ocidental atingiu seu ponto culminante. Mais tarde, rompe com Hegel, através da crítica da filosofia do direito e do Estado desse autor que, para Marx, inverte todas as coisas transformando o sujeito em predicado e vice-versa. A crítica marxiana, que inicia com a crítica à concepção hegeliana de Estado, que via nesse a encarnação da razão absoluta, o critério para todas as coisas, continua posteriormente com a crítica ao conservadorismo da concepção do *saber absoluto* de Hegel, que reduzia a realidade sensível do homem à mera determinação da consciência.

A crítica elaborada no texto *A Ideologia Alemã* foi

direcionada totalmente a esta consciência filosófica que impregnava a maioria dos intelectuais da época, para os quais as *massas* era mero elemento passivo da história. Apesar do rigor da crítica, no entanto, Marx reconheceu a importância fundamental do método hegeliano para o pensamento e o movimento revolucionário. Hegel havia rompido com as tradições mecanicistas, positivistas e vulgares da metafísica e às concepções substantivistas de Descartes e Espinoza havia contraposto o ponto de vista dialético. Marx compreendeu a importância da filosofia hegeliana e procurou extrair dela o seu núcleo racional: "a dialética da negatividade em ação" na expressão de Jean-Marie Brohm (1979,17).

O método dialético de Marx possui uma distinção fundamental que ele explicita no Posfácio da segunda edição de *O Capital*:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção à priori. (16)

Em Marx, portanto, o ato da investigação parte do todo caótico, confuso, vai aprofundando a análise até chegar a níveis mais abstratos. Já a exposição percorre o caminho inverso: parte das abstrações já estudadas e as expõe como algo conhecido, dado.

Em Marx, a ordem histórica possui sentido inverso à ordem lógica da exposição, ou seja, ele começa sua exposição não pelo que veio primeiro em termos cronológicos e sim pelo que é hegemônico. Enquanto o método de investigação caminha na mesma direção que a história, acompanhando a ordem em que apareceram as formas econômicas, o método da exposição caminha com a ordem lógica da articulação das categorias.

As categorias da dialética se desenvolvem também em sentido oposto ao da história. Daí a afirmação de Marx de que "a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco". Isso significa que à medida em que o real se encontra mais desenvolvido e complexo, mais fácil se torna elaborar categorias mais gerais, abstratas.

O trabalho teórico, portanto, é fundamentalmente um trabalho de regressão analítica. A análise deve iniciar-se pelas formações mais desenvolvidas pois estas permitem o uso de um nível de abstração também mais desenvolvido e complexo. Por isso Marx inicia a construção de um sistema categorial que possibilita a compreensão do funcionamento de todas as sociedades passadas.

Além disso, as categorias dialéticas, como expressão teórica das relações de produção - que são transitórias - possuem um caráter histórico e também transitório. Como instrumento de compreensão de determinada realidade elas só existem enquanto existir essa realidade.

Um conceito fundamental do método marxista é o de

totalidade. No seu livro *A Miséria da Filosofia*, Marx escreve que "as relações de produção de qualquer sociedade formam um todo" (p. 107). Para a dialética marxista no seio do todo coabitam vários aspectos que se influenciam mutuamente e estão ligados por uma complexa rede de relações. Por exemplo, a produção e a distribuição, a troca e o consumo, não são tidos como coisas idênticas e sim momentos diversos de uma mesma realidade ou a "diversidade no seio da unidade".

Brohm (op. cit.) define a totalidade concreta como uma unidade diversificada de fatores concretos-abstratos, em que há uma dupla *mediação-recíproca* dos contrários... (p. 79). Lukács define a totalidade da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a unidade concreta de contradições interatuantes; em segundo lugar, a relatividade sistemática de toda totalidade, tanto para cima quanto para baixo (o que quer dizer que toda totalidade é constituída por totalidades subordinadas a ela e também que, ao mesmo tempo, ela é sobredeterminada por totalidades de maior complexidade...); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter-de-totalidade de toda totalidade é dinâmico, mutável, sendo limitado a um período histórico concreto (Lukács apud Marx, 1985,32).

Para a compreensão do método dialético, é também imprescindível o conhecimento da unidade aparência-essência e sua utilização. O uso desta unidade é um dos mais importantes marcos de diferenciação do método dialético em relação ao empírico. Enquanto este se curva ao imediato ou rejeita o processo de

abstração, a dialética parte deste mesmo imediato, dos fenômenos, mas não nega a abstração. Além disso, ela supera aos fenômenos possibilitando ao investigador uma visão distinta da que possuía inicialmente. Por isto se diz que a visão dialética é uma visão mediata da realidade.

Como coloca Campanário (1983), a busca da essência, que leva o investigador a abandonar provisoriamente certas relações empíricas, não significa que essas estejam definitivamente descartadas. O processo de busca da essência recicla os dados empíricos transformando em essência o que antes era aparência. A superação da aparência se dá gradativamente, num processo de abstração. Tanto o abstrato quanto o concreto são retratos fiéis da realidade, com a única diferença que, estando no âmbito da essência, o primeiro leva em conta menos determinações e qualidades que o segundo, ao caracterizarem determinada realidade. Enquanto que para o empirismo o concreto se opõe ao abstrato, para a dialética o concreto é um estágio mais avançado da análise, onde entra um número maior de determinações, ocorrendo assim uma maior aproximação do mundo real.

A compreensão dos vários níveis de abstração com que Marx trabalha suas categorias é essencial ao estudo da crise econômica capitalista. A lei tendencial da queda da taxa de lucro, por exemplo, a qual iremos analisar mais à frente, faz parte das tendências mais gerais do modo de produção capitalista, o que faz com que nos capítulos onde é tratada a lei, os conceitos se

encontrem num razoável grau de abstração. Isto fica evidente, por exemplo, quando o autor, ao se referir à redução do salário abaixo do seu valor como causa contra-arrestante, afirma que ela "não tem nada a ver com a análise do capital".

O problema é que, no trato com o tema da crise, esse aspecto não tem sido compreendido, levando vários autores a elaborarem críticas muitas vezes sem fundamento à referida lei.

Por tudo isso, nossa pesquisa procurou se guiar pelo método e pelo conjunto de descobertas sobre o modo de produção capitalista realizados por Marx e seus seguidores. Como pretendemos estudar a crise, naturalmente devemos resgatar suas formulações a respeito do assunto.

CAPÍTULO II

A Polêmica da Crise e do Colapso no Interior da II Internacional

2.1. INTRODUÇÃO

A discussão em torno da teoria da crise e do colapso do sistema capitalista vem se dando, no âmbito do marxismo, desde os últimos anos do século passado, patrocinada especialmente pela social-democracia alemã e pelo marxismo russo. O momento é o de consolidação da etapa monopólica do capitalismo e de gestação da Primeira Guerra Mundial. A frenética internacionalização do capital, o crescimento dos monopólios e a ameaçadora militarização dos Estados nacionais impunham aos partidos representantes das forças populares, uma clara avaliação do processo em curso no sentido de nortear a ação política.

No aspecto estritamente econômico, duas são as interrogações básicas¹: por um lado, a questão da natureza das crises e, portanto, a questão dos mercados, do subconsumo, das desproporções entre os setores, etc. De outro lado, a discussão sobre a caracterização do imperialismo, que remete à investigação do crédito, do capital financeiro, do processo de internacionalização, etc. Trata-se, evidentemente, de duas questões intimamente interrelacionadas, cujas distintas interpretações levaram a diferentes posições políticas.

(1) Cf. Mazzuccheli, 1985,121

Segundo Giacomo Marramao, o debate atravessou três fases distintas e bem definidas: a primeira é a da teoria do colapso, classificada por alguns autores como clássica, desenvolvida a partir de 1890, na qual, em regra, se omite a distinção "entre lado objetivo e lado subjetivo da exposição marxiana da crise, pelo qual não vacila em atribuir a Marx o ingênuo catastrofismo criticado por Bernstein" (Marramao In Grossmann, 1979, p.11).

Segundo esta concepção, a revolução socialista acabaria acontecendo naturalmente em função do desenvolvimento econômico, e, até certo ponto, independentemente da intervenção organizada do proletariado. Um dos seus principais representantes é Anton Pannekoek, teórico do *comunismo de esquerda*, uma corrente surgida no início do século, no interior da social-democracia alemã e holandesa. Em um dos ensaios publicados no começo da década de 1910, Pannekoek chega à conclusão que, em função das condições econômico-materiais já estarem plenamente amadurecidas para o socialismo, tratava-se apenas de criar as condições para o fortalecimento ideológico do proletariado para a revolução. A ação independente do proletariado, através das *ações de massa*, conduziria à derrubada da sociedade burguesa. Toda a lógica do raciocínio do autor leva naturalmente à conclusão - por ele levada a cabo evidentemente - de que eram plenamente prescindíveis o partido político ou outras formas de organização do proletariado.

A segunda fase do debate inicia em 1905 com a discussão acerca do papel que deve desempenhar a greve de massas na

organização operária em relação à dinâmica da crise imperialista. É nessa ocasião que surge a alternativa "colapso ou revolução", isto é, a discussão a respeito da possibilidade de se compatibilizar uma teoria do colapso do capitalismo com uma perspectiva de ação revolucionária. Em outras palavras, começa a surgir uma concepção que nega a postura contemplativa de aguardar a auto-organização do proletariado para fazer a revolução. Esta visão começa a estabelecer a conexão dialética entre a objetividade econômica e a intervenção consciente das massas.

A última fase, que coincide com o refluxo do movimento operário europeu, inicia em meados da década de 20 e desemboca na discussão sobre crise e sobre o Capitalismo de Estado, que ocorre entre os anos 20 e 30. Este período se caracteriza pelo esclerosamento da visão catastrófica na Internacional Comunista e, ao contrário da fase anterior, é também marcado pela autonomia entre a análise científica das tendências do capitalismo e a tática imediata do movimento operário. O que, sem dúvida, enriqueceu a discussão e propiciou caloroso e frutífero enfrentamento com o pensamento burguês, Keynes em especial, e com a problemática da intervenção do Estado na economia (Marramo, idem). O referencial de todo este debate é a obra *A Lei da Acumulação e a Derrocada do Sistema Capitalista*, de Henryk Grossmann, surgida em 1929, onde o autor, dentre outros méritos, tentou adequar o instrumental da análise marxista às exigências advindas da complexidade do capitalismo contemporâneo.

Quem inicia a polêmica da crise e do colapso, com o livro *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, publicado em 1899, é exatamente um dos maiores críticos da teoria do colapso, Eduard Bernstein. Para o dirigente da social-democracia, ao contrário do que previu Marx no *Manifesto Comunista*, não houve a *agudização* das crises e tampouco piorou a situação da classe trabalhadora. Para ele a teoria das crises exposta em *O Capital* é incompleta e, inclusive, contraditória, na medida em que Marx, apesar de combater a teoria subconsumista da crise, a teria adotado em várias passagens desta obra. Por outro lado, segundo Bernstein, estaria havendo um progresso por parte das pequenas e médias empresas, ao invés da tendência a uma cada vez maior concentração do capital prevista no *Manifesto*. Esses, dentre outros, seriam claros indicadores de que estaria havendo melhorias nas condições sociais.

A virada do século estaria a demonstrar um salto qualitativo do sistema capitalista, obtido pelo aperfeiçoamento do sistema de crédito e pela organização dos empresários através dos sindicatos, trustes, cartéis. Isto significaria, para o autor, o surgimento de mecanismos que regulariam o sistema, amenizando a anarquia da produção que lhe é própria. Portanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo estaria engendrando os mecanismos que, se não eliminariam os seus males intrínsecos, iriam atenuar as conseqüências dos mesmos. Seria necessário considerar, assim, "altamente improvável, ao menos durante um período bastante largo,

a possibilidade de crises econômicas gerais do tipo das precedentes" (Bernstein apud Colletti, 151).

... Mesmo admitindo que no monopólio não é possível "um controle absoluto do mercado" e que a superprodução no capitalismo é inevitável, Bernstein nega, no entanto, que isso signifique uma crise geral. Toda sua exposição, aliás, é direcionada neste sentido.

Para Henrich Cunow, autor da formulação que melhor expressa a primeira fase da polêmica da crise, de que falávamos acima, as afirmações de Bernstein nem sempre são incorretas. No seu ponto de vista, porém, este autor incorreu no mesmo erro de Marx, qual seja, o "de atribuir validade geral aos efeitos específicos das tendências econômicas (...) que se manifestam em determinada fase do processo de desenvolvimento, e supor que os mesmos permaneçam estáveis em todos os estágios". Este erro teria levado Bernstein a deduzir, com base no desenvolvimento industrial verificado nos principais países da época, que o desenvolvimento econômico capitalista continuaria infinitamente e à margem de crises. Para Cunow, tal expansão do mercado industrial, e em especial do mercado de capitais, possui um caráter provisório evidente, determinado pela limitação dos mercados de vendas das mercadorias. A inevitabilidade do colapso capitalista dependeria diretamente da diminuição de tais mercados. "Somente pode ser duvidoso por quanto tempo todavia a forma de produção capitalista se manterá em cada país e em que circunstâncias terá lugar o

colapso" (Cunow, *ibidem*, pp. 165-174).

Assim, enquanto existirem mercados, a acumulação capitalista ocorreria sem maiores problemas, reduzindo-se a possibilidade de existência das crises. Contudo, com o esgotamento inevitável dos mercados; decorrente do aumento da competição internacional, o colapso seria também inevitável. O equívoco principal de Bernstein teria sido confundir o auge da economia inglesa com o futuro do capitalismo.

Como se vê, Cunow, no intento de combater as posições de Bernstein, quer provar que o capitalismo padece de uma incapacidade intrínseca de criar seus próprios mercados. A demanda surge como um elemento externo à acumulação, que cresce a um ritmo menor que o da produção. A crise de realização não é fruto de um processo que leva à queda da taxa de investimentos e sim o contrário: é a insuficiência de mercados que leva à possibilidade de ruína do processo de acumulação capitalista.

Mas, se as teses de Bernstein acabaram dando origem ao que veio a se chamar *revisionismo*, o principal teórico deste movimento foi, sem dúvida, Tugán Baranovsky. Este autor, que exerceu forte influência sobre o pensamento social-democrata alemão, adotou a teoria do equilíbrio de Say - a oferta cria a sua própria demanda - e é com tal concepção que interpreta os esquemas de reprodução elaborados por Marx no livro II de *O Capital*. Para Tugán, a diminuição do consumo social não levaria à superprodução de mercadorias pois aquela seria compensada pela elevação do

consumo produtivo, decorrente da ampliação da produção. A acumulação de capital, ao mesmo tempo em que era acompanhada por uma restrição da demanda de meios de consumo, aumentava a demanda global de mercadorias.

Para o autor, no que se refere à criação do valor, não existe diferença entre a força de trabalho humana e a força das máquinas e equipamentos. Ambas produziriam um sobreproduto e com o mesmo grau de importância. Desta forma, a derrubada do capitalismo não teria fundamentos de ordem econômica, tendo-se, portanto, de descartar qualquer teoria do colapso do capitalismo. Contudo, para Tugán o capitalismo não possui vida ilimitada, por encerrar uma contradição insolúvel: a de tornar o homem um mero meio de produção, o que contraria radicalmente o princípio ético kantiano, segundo o qual o homem existe como um fim em si mesmo. Seria, portanto, a transgressão deste princípio ético - e não as contradições sociais - que levaria à derrubada do capitalismo pelo proletariado.

A explicação de Tugán teve grande aceitação por parte dos marxistas da II internacional, especialmente através de Rudolf Hilferding, que a adotou em sua obra *O Capital Financeiro*. Não é difícil entender porque as formulações do autor serviram de base às concepções revisionistas. Ao negar a lei tendencial da queda da taxa de lucro, ele acaba negando o aspecto fundamental da questão: o de que as crises são inerentes ao funcionamento da produção capitalista e que tendem a se agravar com o decorrer do tempo. Ao

defender a idéia de que o sistema podia desenvolver-se eternamente, desde que fossem mantidas as proporções entre os ramos da produção, Tugán sugeria indiretamente a visão de que o desenvolvimento dos trustes e do controle governamental sobre a economia, reduzindo assim a anarquia da produção, poderia eliminar completamente o fenômeno das crises.

Hilferding, que publica em 1910 suas brilhantes reflexões sobre o capital financeiro, a exemplo de todos os teóricos oficiais da social-democracia, vê nos esquemas de reprodução de Marx a comprovação de que a reprodução capitalista possui vida ilimitada se forem garantidas as proporções entre os setores I e II. Escreveu:

De nenhuma maneira se depreende que a crise deva ter sua causa no subconsumo das massas, imanente a produção capitalista. Do mesmo modo não se depreende dos esquemas em si a possibilidade de uma sobreprodução geral de mercadorias, sim que, pelo contrário, é possível mostrar como factível qualquer extensão da produção que possa produzir-se, em geral, com as forças produtivas disponíveis (Hilferding, 1971, 286).

Hilferding concorda com Tugán quanto à afirmação de que a produção depende da valorização do capital e não do consumo. Um fenômeno periódico como a crise não poderia, no seu entender, ser explicado por algo contínuo como o subconsumo. Vai buscar a explicação da crise então nas perturbações da circulação, na medida em que estas interrompem as condições necessárias à reprodução. Segundo Hilferding não se pode deduzir dos esquemas de Marx a

possibilidade de sobreprodução geral de mercadorias. É possível produzir tanto quanto as forças produtivas permitam.

Hilferding vê no desenvolvimento do capitalismo uma tendência à concentração, que levaria à criação de um cartel geral, a nível mundial, que regularia conscientemente a produção em todas as suas esferas, fixaria os preços e faria a distribuição das mercadorias. Isto eliminaria a anarquia da produção e as crises dariam lugar à produção regulada, ainda que baseada no trabalho assalariado. Estaria então colocada a possibilidade de uma transição pacífica para o socialismo. No congresso da social-democracia, realizado em maio de 1927 em Kiel, Hilferding defende que a queda do capitalismo não ocorrerá de forma inevitável, a partir de suas contradições internas, mas pela intervenção consciente da classe trabalhadora, pois "marxismo não é fatalismo, sim pelo contrário ativismo do mais intenso" (cf Tula, XVI, In Grossmann, 1979).

Desta forma, o autor vislumbra a possibilidade de um capitalismo organizado, sem crises, baseado no princípio socialista de planificação, ainda que comandado pelos grandes proprietários de monopólios. A implantação do socialismo dependeria apenas de que a direção do Estado passasse para as mãos da classe operária (ver Otto Alcides, 1985, 164).

2.2. ROSA LUXEMBURG: A REAÇÃO SUBCONSUMISTA

Foi o combate às posições de Tugán e Hilferding que levaram Rosa Luxemburg a estudar detidamente os esquemas de Marx e a concluir que a impossibilidade objetiva de realização da mais-valia nos marcos do capitalismo, advinha do permanente desequilíbrio entre a produção e o consumo, que tornava possível a realização de uma parte da mais-valia tão somente fora do sistema. Segundo Rosa, admitir que a acumulação capitalista não possui limitações objetivas significa retroceder às concepções pré-marxistas, que concebiam o socialismo como derivação simplesmente da decisão do proletariado de acabar com a injustiça e a exploração.

Em seu livro *A Acumulação de Capital*, procurou, por um lado, demonstrar os limites objetivos do desenvolvimento capitalista e, por outro, criticou a teoria da acumulação de Marx.

A questão fundamental para a autora, em sua análise do esquema de reprodução ampliada, era a seguinte: o esquema de reprodução ampliada elaborado por Marx explica as condições objetivas necessárias para a acumulação mas peca por não demonstrar a existência de uma demanda crescente que absorva a igualmente crescente produção capitalista. Indagava: "A que atribuir, então, essa demanda crescente e constante, sobre a qual se apóia a

ampliação progressiva da produção no esquema de Marx". (Luxemburg, 1988, v.I,77)

Para Rosa o consumo dos capitalistas não poderia ser a saída pois, conforme o esquema de reprodução ampliada, estes usam uma parte da mais-valia em consumo e a outra na ampliação de capital. A parte de mais-valia utilizada para consumo dos capitalistas aumenta em decorrência do aumento da produção em geral, porém, este consumo não absorve toda a mais-valia e sua elevação não garante a continuidade do processo de reprodução ampliada:

O consumo pessoal dos capitalistas cresce, de fato, com a acumulação, podendo crescer mesmo em termos de valor consumido, mas, de qualquer maneira, é sempre apenas uma parte da mais-valia que vai para o consumo dos capitalistas. Base da acumulação é precisamente o não consumo da mais-valia por parte dos capitalistas (ibidem).

Com relação à indagação de para quem vai essa outra parcela da mais-valia, escreve Rosa Luxemburg:

Segundo o esquema de Marx, o movimento parte do Departamento I, da produção de meios de produção. Quem necessita de maior número desses meios de produção? Resposta do esquema: o Departamento II necessita deles para poder fabricar maior número de meios de consumo pessoal. Mas quem precisa desses meios de subsistência adicionais? O esquema responde: o próprio Departamento I, por empregar agora uma quantidade maior de trabalhadores. Obviamente nos encontramos em um círculo vicioso. Elaborar mais meios de consumo exclusivamente para sustentar maior número de trabalhadores é algo absurdo do ponto de vista do capitalista (ibidem).

Rosa não vê sentido no fato dos capitalistas acumularem a parte restante da mais-valia, pois, em sua opinião, isto apenas adiará e aprofundará o problema. A cada ciclo produtivo o montante da mais-valia não consumida seria maior, tornando-se cada vez mais difícil a sua realização. Portanto, para que o processo de acumulação não seja interrompido, é necessário haver uma demanda daquela parcela da mais-valia que não é consumida nem acumulada pelos capitalistas.

Desta forma, a autora divide a mais-valia em três partes: uma parte é demandada pelos capitalistas enquanto consumidores individuais; uma outra é investida na produção; e uma terceira parte deve ser consumida por outras pessoas. Esta terceira parte, segundo a autora, justificaria a acumulação de capital, já que significaria a razão fundamental dos capitalistas acumularem.

Mas quem adquire a terceira parte da mais-valia que não é consumida nem acumulada? Ou, em outras palavras, quem são as terceiras pessoas de quem fala Rosa, que adquirem esta parte da mais-valia? Esta é a questão fundamental analisada pela autora.

2.3. OS ENGANOS DE ROSA LUXEMBURG

A crítica elaborada por Rosa Luxemburg aos esquemas de reprodução baseiam-se, em boa parte, numa leitura equivocada dos mesmos. Tais críticas repousam sobre duas questões de ordem metodológica (Rosdolsky, 1986): 1) Os processos políticos e econômicos devem ser analisados do ponto de vista do capital individual ou do capital social global? 2) Este último enfoque pode ser compatível com uma sociedade abstrata onde só existem capitalistas e trabalhadores?

No que se refere à primeira pergunta a posição da autora é muito clara:

Na verdade, a existência auto-suficiente do capital individual é apenas uma forma exterior, a superfície da vida econômica, que só os economistas vulgares utilizam como a única fonte de conhecimento. Subjacente a esta superfície, e dentro de todas as contradições da concorrência, mantém-se o fato de que todos os capitais individuais na sociedade constituem um todo, cuja existência e movimento são regulados por leis sociais que, tendo em conta a natureza não planificada e a anarquia do presente sistema, funcionam apenas por detrás do capitalista como um todo, então as necessidades sociais surgem como uma quantidade mensurável, divisível em seções (Luxemburg, 1972, 70).

Portanto, para Rosa, qualquer teoria econômica, que assim mereça ser chamada, deve focar os processos econômicos a partir

da ótica do capital global, para ela o único "correto e decisivo", em última instância. A autora afirma que a teoria econômica de Marx não pode ser separada da idéia do capital social global visto como uma magnitude real e efetiva e de cuja *dinâmica invisível* se originam os *movimentos visíveis* dos capitais individuais.

Contudo - continua - Marx se limita, não apenas no primeiro livro de *O Capital*, mas também nos demais, à abstração teórica de uma sociedade puramente capitalista; para a autora, Marx teria enfrentado o problema da "reprodução e circulação do capital social global" com um pressuposto que impossibilitava de antemão a resolução do mesmo:

É neste ponto que pensei que devia começar a minha crítica. A hipótese teórica de uma sociedade constituída unicamente por capitalistas e trabalhadores - que é legítima para certos objetivos de investigação (como no primeiro volume de O Capital, na análise do capital individual e da sua prática de exploração na fábrica) - não parece mais adequada quando ela representa o processo histórico real de desenvolvimento capitalista, parece-me impossível compreendê-lo se abstrairmos todas as condições da realidade histórica. A acumulação de capital, enquanto processo histórico, desenvolve-se num meio de várias formações pré-capitalistas, numa constante luta política e através de relações econômicas recíprocas. Como podemos captar este processo a partir duma ficção teórica nada sangrenta, que declara que todo este contexto, a luta, e as relações não existem? Aqui especialmente parece necessário, de acordo com o espírito da teoria marxista, abandonar a premissa do primeiro volume e empreender uma investigação da acumulação enquanto processo total, envolvendo o metabolismo do capital e o seu ambiente histórico. Se se proceder assim, então a explicação do processo decorre naturalmente das teorias fundamentais de Marx e é consistente com as outras partes de suas maiores obras econômicas (Luxemburg, op. cit., 83).

Luxemburg reputa como fundamental, do ponto de vista metodológico, a diferença existente na obra de Marx entre *capital individual* e o *capital social global*. Sem dúvida são categorias que demarcam nitidamente a posição de Marx em relação aos autores burgueses. Mas o que devemos tentar responder é se essa diferença consegue captar o mais essencial do método de Marx; se ela nos oferece a chave da compreensão da obra de Marx. Ouçamos, a este respeito, Rosdolsky, que formulou muito bem a questão:

[...] O que caracteriza metodologicamente aos diversos volumes de *O Capital* não é (como crê Rosa Luxemburg) que no primeiro deles Marx se limita à análise do capital individual, e só no segundo e terceiro tomos passa à consideração do capital em suas vinculações sociais. [...] Pelo contrário, a diferença principal é a de que os dois primeiros tomos não vão além da análise do capital em geral, enquanto que no terceiro tomo sobrepassa o limite, constituindo assim a passagem para a análise dos muitos capitais e as suas interrelações mútuas, vale dizer do capital em sua realidade (Rosdolsky, op. cit., 94-95).

Chegamos ao segundo problema metodológico suscitado por Rosa, o de se a análise dos processos econômicos pela ótica do capital global pode ser compatibilizada com uma sociedade abstrata onde só existam capitalistas e trabalhadores. Algo que fica claro é que as críticas formuladas pela autora aos esquemas de reprodução esquecem o fato de que Marx não pretendeu através deles descrever o processo de reprodução no seu desenvolvimento histórico real. Como assinala Rosdolsky, é sabido que não foi esta a intenção de Marx, que quis, através dos ditos esquemas apenas descrever o processo de

reprodução em sua forma mais abstrata e geral.

Em sua *Anticrítica* Rosa demonstra opinião contrária, defendendo a tese de que a análise do capital social global - em contraste com o capital individual - deve ser realizada não apenas com a totalidade dos processos econômicos, mas também com a realidade concreta e imediata do capitalismo. Indo mais além, ela acusa Marx de ter feito, neste aspecto de sua obra, uma abstração "de todas as condições da realidade histórica". O curioso é que uma leitura mais atenta da crítica da autora nos revela que quando ela fala de "todas as condições da realidade" está pensando numa única coisa: as chamadas *terceiras pessoas*.

Além disso, quando afirma que o processo de acumulação capitalista pressupõe "como processo histórico" a interação com formações pré-capitalistas, Luxemburg acaba por esquecer muitas outras coisas como a concorrência intercapitalista, a existência de uma taxa média de lucro, o comércio exterior, a exploração de países com menor produtividade, etc. Por abordar, nos esquemas, a reprodução num plano abstrato, Marx não considera todas essas coisas que, obviamente, deveriam constar duma análise concreta da realidade capitalista.

Rosdolsky atribui estes equívocos da autora de *A Acumulação Capitalista* a dois aspectos principais: 1) À omissão por parte de Rosa, da categoria marxiana *capital em geral*; 2) Ao seu esquecimento do papel que cabe à abstração de "uma sociedade puramente capitalista" no interior da metodologia de Marx.

Rosdolsky lembra que tais premissas metodológicas não significam a confusão, por parte de Marx, da hipótese com a realidade capitalista. Diz ainda:

Precisamente, a ele importava, antes que nada, apreender o modo de produção capitalista em sua realidade concreta. Mas o único meio científico adequado para tal o via no método de "elevar-se do abstrato para o concreto", que já se esboçara em sua Introdução, empregando mais tarde nos Grundrisse e no O Capital. O mesmo consiste no seguinte: a fim de investigar as leis em que se baseia o modo de produção capitalista, deve investigar-se primeiramente, segundo Marx, o devenir do capital, quer dizer, seus processos tanto de produção como de circulação e reprodução, em seu meio ideal, como tipo geral, para o qual certamente cabia prescindir de todas as "formações mais concretas" do capital (quer dizer também, entre elas; a existência de estratos não capitalistas, etc). E essa investigação de modo algum se achava restrita à análise do capital individual (tal como corresponderia a concepção de Rosa Luxemburg). Pois também o "capital total de uma sociedade" pode e deve conceber-se, para determinados fins de investigação, como capital enquanto tal ou como capital em geral (ibidem, 97).

2.4. O ESQUEMA DE OTTO BAUER

Do conjunto de textos surgidos com vistas a criticar as posições de Luxemburg, o artigo de Otto Bauer, publicado na revista teórica da social-democracia alemã, *Die Neue Zeit*, foi durante

muito tempo, o mais importante.

No referido artigo, Bauer elabora um esquema de reprodução onde deseja demonstrar, contra a tese de Rosa Luxemburg, a possibilidade de uma acumulação capitalista sem a apelação para mercados externos. Seu esquema admite um crescimento equilibrado entre os setores I e II; na medida em que o progresso técnico torna-se dependente principalmente do setor I, o setor seria residual. Sua indagação era a de como realizar a acumulação capitalista de forma equilibrada ao crescimento populacional. A crise decorreria da não coincidência temporária destes dois fatores. Porém, como via no capitalismo uma tendência à adequação da acumulação de capital ao crescimento da população, seu esquema teórico admite um crescimento ininterrupto do sistema. O final do capitalismo se daria não pela impossibilidade mecânica de realizar a mais-valia, mas pela sublevação organizada da classe trabalhadora.

O esquema elaborado por Bauer pode ser considerado um progresso em relação às empreitadas semelhantes realizadas anteriormente. O dito esquema, do ponto de vista formal, não apresenta nenhuma das *falências* atribuídas por Rosa Luxemburg ao esquema de reprodução marxiano. Em primeiro lugar, leva em conta, sem nenhum limite, o progresso técnico e considera uma composição orgânica do capital sempre crescente. Isso significa que os capitalistas aplicam, a cada ano, após deduzir uma parte para o seu consumo pessoal, uma parcela crescente da mais-valia na formação de

capital.

Em segundo lugar, no esquema de Bauer, a objeção feita por Rosa ao esquema elaborado por Marx, da falta de regras visíveis no comportamento da acumulação e consumo, perde a razão de ser. Isso porque, no referido esquema existem regras definidas para o processo de acumulação: o capital constante cresce 10% ao ano, enquanto o capital variável cresce apenas 5% anualmente.

Em terceiro lugar, apesar dos capitalistas elevarem de forma absoluta seu consumo, eles podem destinar uma parcela da mais-valia à acumulação em função dos ganhos de produtividade. Além disso, Bauer define a proporcionalidade entre a acumulação realizada pelos dois setores do esquema, ao contrário do esquema marxiano onde o setor I acumula sempre a metade da mais-valia e a acumulação no setor II não obedece a nenhuma regra visível. No seu esquema, a acumulação pode ocorrer todos os anos com a mesma porcentagem de mais-valia nos setores I e II.

O esquema de Otto Bauer não leva em conta perturbações conjunturais no processo de acumulação, ou seja, a acumulação se desenvolve com base num equilíbrio entre a produção e a realização de mercadorias. Rosa Luxemburg criticou esse pressuposto no esquema de Bauer, porque entendia que o mesmo não contemplava a realidade da acumulação capitalista. Mas, como bem observou Henryk Grossmann, do ponto de vista da análise teórica, tal crítica é infundada, já que este é um recurso metodológico válido e necessário. Diz ainda Grossmann:

[...] Marx levou a cabo a análise da questão da acumulação, como toda a investigação do primeiro tomo de O Capital, de um modo consciente sob o suposto de que as mercadorias são vendidas por seu valor, coisa que só pode suceder quando a oferta de mercadorias corresponde exatamente à demanda, ou seja, ambos pratos da balança se acham em equilíbrio. E que, segundo Marx, as tendências de desenvolvimento da acumulação de capital deviam ser investigadas em circunstâncias favoráveis para a existência do capitalismo, donde de pronto se descartariam as perturbações que se suscitam à raiz da desproporção entre oferta e demanda (Grossmann, 1979, 71-72).

Dito de outra forma, as perturbações entre a oferta e a demanda são fenômenos próprios da concorrência que apenas evidenciam desvios das tendências fundamentais do capitalismo, sem poder jamais explicar o funcionamento destas tendências. Estabelecidas as tendências gerais do desenvolvimento, fica mais fácil explicar também os *desvios periódicos* do eixo básico desse desenvolvimento, ou seja, as crises econômicas periódicas.

2.5. A VISÃO DE LENIN

Lenin considerou o artigo de Bauer a refutação mais contundente das teses de Rosa Luxemburg, as quais também atacou implacavelmente. Afirma que a questão do mercado pouco ou nada tem a ver com a questão do mercado externo. Segundo ele, o comércio exterior não se explica pelas leis da realização do produto, mas sim em função do capitalismo, ser consequência de uma circulação mercantil que ultrapassa os limites nacionais. As dificuldades de realização e as crises decorrentes, mais que possíveis, são uma necessidade inerente a todo produto capitalista e não apenas à parcela correspondente à mais-valia.

Segundo Lenin, a crise está relacionada aos problemas de proporcionalidade entre os diferentes ramos de produção:

Os diferentes ramos da indústria que fazem de mercado uns para os outros não se desenvolvem de maneira uniforme, mas se sobrepõem uns aos outros, a indústria mais adiantada busca o mercado exterior. Isto não significa de modo algum "a impossibilidade para uma nação capitalista de realizar a mais-valia [...]". Isso não indica mais que a falta de proporcionalidade no desenvolvimento dos diversos ramos industriais. Com outra distribuição do capital nacional, essa mesma quantidade de produtos poderia ser realizada dentro do país (Lenin, 1982, 31).

Lenin percebe que o crescimento mais que proporcional do capital constante em relação ao variável, que leva a um crescimento

mais rápido dos meios de produção em relação aos bens de consumo é inerente ao desenvolvimento capitalista. Para chegar a esta formulação, ele combinou a análise do processo de reprodução existente no livro II de *O Capital* com os estudos sobre a tendência à queda da taxa de lucro desenvolvidos posteriormente por Marx no livro III.

No texto *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, onde trava calorosa polêmica com os populistas, que também consideravam o mercado externo imprescindível à realização da mais-valia no capitalismo, Lenin expõe suas teses sobre o problema da realização. Qualificando como falsa a concepção que reduz o problema da realização do produto à realização da mais-valia - tese defendida pelos populistas -, ele considera que a grande dificuldade está em explicar a realização do capital constante. Este, para ser realizado, deve ser reinvestido na produção, coisa que só poderia ocorrer diretamente no departamento II. Neste departamento, a parte constante só pode ser realizada através da troca com o departamento I e aí reside, segundo Lenin, toda a dificuldade:

O problema da realização coloca-se assim: como encontrar no mercado, para cada parte do produto capitalista, enquanto valor (capital constante, capital variável, mais-valia) e enquanto forma material (meios de produção, artigos de consumo e, particularmente, artigos de primeira necessidade e artigos de luxo), uma outra parte do produto capaz de substituí-la? (1982, 18)

A inclusão do mercado externo não seria a solução e sim a mera postergação do problema, já que apenas desloca a questão para o âmbito de vários países ao invés de um somente. Lenin coloca que a necessidade do mercado exterior para um país capitalista não se explica pelo problema da realização do produto social, mas pelas características expansivas da circulação das mercadorias no capitalismo. Portanto, o fato de, indiscutivelmente, não existir um só país sem mercado exterior, não encontraria explicação no problema lógico da realização do produto social, mas nas próprias características históricas que o desenvolvimento capitalista assumiu a nível mundial.

Quanto ao suposto paradoxo da teoria marxiana da realização, que acaba por ver no capitalismo uma *produção pela produção*, Lenin afirma que esta é uma contradição não da teoria, mas da vida real, da natureza do capitalismo:

É precisamente esta ampliação da produção sem a respectiva ampliação do consumo que corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste em desenvolver as forças produtivas da sociedade, e a segunda exclui a massa da população do usufruto das conquistas técnicas. Há uma inequívoca contradição entre a tendência ilimitada à ampliação da produção (tendência própria do capitalismo) e o consumo limitado das massas populares (limitado em razão da sua condição proletária) (ibidem, 25).

A constatação desta e das demais contradições do sistema capitalista, para Lenin, não significa deduzir a sua impossibilidade ou mesmo o seu caráter não progressista. Para o

autor, o capitalismo avança em meio às suas contradições que, em absoluto, significam sua inviabilidade, mas apenas comprovam seu caráter de transitoriedade histórica.

Lenin defende que o fato dos vários ramos da indústria desenvolverem-se desproporcionalmente, em função da anarquia da produção, leva o ramo mais desenvolvido a procurar um mercado externo. Isso, porém, em absoluto significaria a impossibilidade de realização da mais-valia. Argumenta ainda que, ao contrário dos modos de produção pré-capitalistas, o capitalismo transforma permanentemente os outros modos de produção e se caracteriza pelo seu crescimento ilimitado.

O autor lembra aos populistas, com inteira razão, que as indagações destes, a respeito da impossibilidade da realização de mais-valia, já havia sido largamente tratadas por Marx em seu esquema de reprodução. No entanto, suas considerações tomam a análise de Marx no livro II quase que como uma formulação cabal e definitiva sobre o problema. Ocorre que a análise de Marx nos referidos esquemas, não considera uma série de fatores decisivos da realidade capitalista como o aumento da composição orgânica do capital e da mais-valia relativa, fatores que perturbam o equilíbrio entre produção e consumo, colocando assim cada vez maiores obstáculos à realização do produto social.

Da mesma forma que os marxistas legais, Lenin achava que podia enfrentar este problema com o argumento de que o crescimento dos meios de produção é relativamente mais rápido que o crescimento

dos artigos de consumo. Entretanto, os esquemas de Marx não demonstram nada disso, pois nos dois exemplos utilizados, os dois setores da economia se desenvolvem à mesma velocidade.

Lenin chegou a essa formulação combinando o estudo do processo de reprodução do livro II com a lei desenvolvida posteriormente no livro III com a crescente composição orgânica do capital. Mas, como vimos, os esquemas não admitem uma interpretação deste tipo já que pressupõem um crescimento igual nos dois setores da economia.

Rosdolsky aponta um outro problema na análise de Lenin em "O Desenvolvimento...". Em um país semi-feudal ou de capitalismo incipiente, como era o russo, é válida a tese de que os meios de produção possuem um mercado ilimitado. Assim:

Desde essa perspectiva a concepção de Lenin é certamente correta para todos os países que se encontram na etapa da revolução industrial e que ainda devem criar os fundamentos para uma indústria moderna, uma rede de meios de transporte e uma agricultura mecanizada, o qual majoritariamente sucede às expensas de um nível de vida muito abaixo das massas populares (Rosdolsky, 1986, 523).

É inegável o mérito de Lenin ao perceber o caráter progressista deste processo no seu país e, neste particular, ficou demonstrada a sua superioridade em termos de sentido histórico, em relação aos Narodnik. Não é fora de propósito, no entanto, a seguinte questão: é possível estender uma situação histórica específica ao capitalismo em qualquer de suas fases? Não

esqueçamos que tendo sido a industrialização concluída em seus traços mais fundamentais, esta estrutura terá que produzir bens de consumo. Nesta etapa, imediatamente o problema do poder aquisitivo das massas passa a ocupar o primeiro plano.

Assim, os dois reparos que Rosdolsky faz da teoria da realização de Lenin parecem ser procedentes. Em primeiro lugar, o autor parece realmente ter *forçado* um pouco a situação ao tentar projetar no interior dos esquemas de reprodução a lei da composição orgânica crescente do capital e ao interpretar os esquemas no sentido da necessidade de um mais rápido crescimento dos meios de produção. Já vimos que os esquemas de reprodução pressupõem um desenvolvimento paralelo e idêntico nos dois setores e, portanto, não admitem tal interpretação. Em segundo lugar, a tese de que os meios de produção possuem um mercado sem fim tem limites cronologicamente determinados, ou seja, é válida para o período de industrialização incipiente, não podendo ser considerada, assim, uma lei geral de desenvolvimento do capitalismo.

Mas essas não são as principais críticas de Rosdolsky à teoria da realização de Lenin. Para aquele, o mais grave é o fato deste último ter aceitado a análise abstrata do livro II como a palavra definitiva e cabal da teoria marxiana da realização e, dessa forma, se negar a reconhecer as modificações e complementações da análise contidas no livro III. Rosdolsky atribui esta postura de Lenin à razões de ordem metodológica:

Quando o jovem Lenin escreveu, na década de 1890, seus ensaios sobre o problema da realização, não conhecia as Teorias de Marx nem os Grundrisse. Por isso, só podia ter então uma visão insuficiente da metodologicamente muito complexa obra econômica de Marx. Hoje em dia, sabemos que, de acordo ao plano estrutural de Marx, os dois primeiros tomos desta obra só estavam dedicados à análise do capital em geral, que por isso os resultados a que chegou Marx nesses volumes - por extraordinariamente importantes que tenham sido - haveriam de concretizar-se e completar-se mediante a ulterior investigação do capital em sua realidade. Os primeiros marxistas, e entre eles Lenin, não viram isto como resulta compreensível. Por isso, não surpreende que, em suas primeiras obras, Lenin haja exagerado um pouco a validade teórica da análise da seção terceira do tomo II de O Capital, querendo ver nele a palavra definitiva da teoria da realização de Marx (ibidem, 529).

Para Rosdolsky, por desconhecer esses aspectos metodológicos, Lenin teria tentado compatibilizar de uma forma verbal e escolástica, a análise do livro II com as várias passagens do livro III, que aparentemente contradiziam tal análise. Na realidade, tal contradição não só não existe, como as análises são complementares. Por conseguinte, os estudos contidos no livro II não bastam por si só, devendo ser conectados à análise do livro III. O maior problema da teoria leniniana da realização consiste justamente no fato do autor ter ignorado este princípio fundamental.

2.6. A CONTRIBUIÇÃO DE BUKHARIN

Outra opinião, em relação à temática da crise e do colapso, de grande influência no interior do movimento comunista internacional, foi a de Nicolai Bukharin. Talvez em função do fato de que, quando escreveu seus artigos tratando do assunto, depois editados com o título *O Imperialismo e a Acumulação do Capital*, estava próximo o período em que se tornara o legítimo porta-voz teórico do *leninismo ortodoxo*. Na internacional comunista havia um processo de *bolchevização* dos partidos comunistas de todo o mundo e no partido comunista alemão desenvolvia-se uma grande campanha contra o *luxemburguismo*.

A luta entre o objetivo de imprimir ao debate a respeito do imperialismo um caráter teórico, e o desenrolar dos embates entre as correntes políticas, fica evidente, nas conclusões que Bukharin extrai de seu texto. Como escreveu José Aricó (in Colletti, op. cit., 414), o livro de Bukharin nem ataca a totalidade do livro de Rosa Luxemburg, nem pode ser considerado um mero panfleto de uma fração da internacional comunista. Apesar da ironia e frieza com que se refere à autora, que sem dúvida demonstram as divergências políticas existentes entre os dois, Bukharin reconhece o mérito que teve Rosa Luxemburg ao colocar no debate o problema da relação entre meio capitalista e não

capitalista. Como Luxemburg, defende uma teoria do colapso do sistema capitalista:

O total de mais-valia destinada à acumulação aparece revestindo formas diversas: como mercadoria, como dinheiro, como meios de produção em funcionamento e como força de trabalho. Em consequência, a mais-valia em sua forma dinheiro nunca pode ser identificada como a mais-valia total. A classe capitalista tomada em seu conjunto, pode realizar seu lucro total nas condições que temos formulado, mas esse processo tem lugar por etapas. Portanto, a mais-valia de cada capitalista (...) e de toda a classe capitalista em seu conjunto, passa pela forma dinheiro (ibidem, 415).

Portanto, para Bukharin, não há necessidade que haja sempre, perante a mais-valia total, uma soma de dinheiro correspondente, a não ser que toda mercadoria precisasse, para ser realizada, ser convertida em dinheiro. Mesmo sendo fundamental ao processo de reprodução do capital, o dinheiro não é a única forma existente de mais-valia realizada.

Contrário à posição de Rosa, que vê a sobreprodução de mercadorias como elemento constante no interior do sistema capitalista, Bukharin afirma que Marx e Lenin vêem a sobreprodução como manifestação das crises que, por sua vez, derivariam das desproporções entre os setores da produção. Diferentemente de Tugán e outros *desproporcionalistas*, porém, que não atribuem praticamente nenhum papel ao consumo no processo, Bukharin defende que este é parte componente da própria proporcionalidade.

As argumentações desenvolvidas por Bukharin levam à

conclusão de que, na obra de Marx, existem duas concepções de crise complementares entre si: uma que deriva da lei do valor e que aparece através da queda tendencial da taxa de lucro; e outra, que advém da desproporção entre os ramos da produção, fruto do subconsumo dos trabalhadores. Na medida em que a teoria marxiana da acumulação está baseada na hipótese de que os trabalhadores são remunerados sempre segundo o seu valor e somente os capitalistas podem apropriar-se da mais-valia produzida, este tipo de formulação aparece como bastante problemático. A afirmação de Bukharin de que com o aumento do capital constante cresce também o capital variável de forma desproporcional, e de que a elevação do consumo dos trabalhadores colabora para possibilitar a realização da mais-valia, está fora das hipóteses estabelecidas pelo próprio Marx em sua análise da reprodução.

O modelo que Bukharin constrói acaba por assemelhar-se muito ao de Tugán, pois o capitalismo de Estado que projeta, mesmo mantendo-se a lei do valor, é capaz de crescer ilimitadamente se forem mantidas as proporções entre produção e consumo. Paul Mattick faz o seguinte comentário a respeito do autor:

Chega ao resultado de que, com uma proporcionalidade adequada, o processo de reprodução decorreria tal como está exposto nos esquemas marxianos de reprodução. Deste modo, se compreende porque no debate entre Rosa Luxemburg e Otto Bauer, [...] Lenin se colocou ao lado de Otto Bauer. Dado o fato de que nem a Lenin nem a Bukharin lhes houvera ocorrido abordar o problema da crise, desde o ponto de vista da teoria do valor, se depreende que Bukharin concordara com Rosa Luxemburg em que se houvesse que atribuir o colapso do capitalismo à queda da taxa de lucro "ficaria

muito caminho por percorrer, quase até a extinção do sol", ainda quando voltara a observação contra a mesma Rosa Luxemburg, já que na teoria desta última a redução dos mercados não capitalistas faria também descer sempre a taxa de lucro (apud Colletti, op. cit., 417-18).

A teoria do *colapso* esboçada por Bukharin também foi alvo da crítica de vários autores, pois acaba sendo um modelo dogmático que evoca uma multiplicidade de causas econômicas e políticas que, ao elevarem de uma forma tal as contradições do sistema, encaminham este inevitavelmente ao colapso. Para o autor, o colapso do capitalismo decorreria da dissolução da base econômica; só que este processo resulta de uma força externa à economia, uma força que atua de fora do aparelho produtivo levando à sua destruição: a guerra. Ou seja, não seriam os mecanismos internos de funcionamento do capitalismo que conduziriam ao colapso mas a destruição do aparelho produtivo causada pela guerra.

Na contenda teórica sobre a crise e o colapso, esta formulação sem dúvida empresta um caráter de peculiaridade às reflexões de Bukharin sobre o tema. Ao vincular diretamente a guerra com o colapso, contudo, o autor esquece que a mesma está profundamente ligada a própria história do capitalismo; que elas acompanharam permanentemente o capitalismo desde o seu nascimento. As ininterruptas guerras comerciais e econômicas não surgiram na fase imperialista do capitalismo mas caracterizaram todos os períodos de seu desenvolvimento.

2.7. O COLAPSO SEGUNDO HENRYK GROSSMANN

O livro *La ley de La Acumulación y Del Derrumbe Del Sistema Capitalista*, surgido em 1929, é um marco importante no interior desta discussão porque ao contrário de praticamente toda a literatura anterior, ele resgata o caráter *endógeno* da crise, isto é, ele atribui a inevitabilidade desta à sobreacumulação do capital e, conseqüentemente, à insuficiente valorização. Pode-se afirmar que até então a literatura marxista limitava-se a apontar como causa da crise o agravamento das contradições capitalistas (sem, no entanto, demonstrar teoricamente isto, pelo menos satisfatoriamente) ou a atribuir a necessidade da crise às dificuldades de realização da mais-valia. Grossmann, ao contrário, vai procurar as causas da crise (e do colapso) nos fenômenos da produção.

Adversário feroz das posições harmonicistas, Grossmann procura demonstrar que, mesmo admitindo-se a proporcionalidade no desenvolvimento dos setores I e II dos esquemas e, portanto, ainda que admitindo-se a realização de toda a mais-valia produzida, a tendência do capitalismo ao colapso se mantém. Utiliza, para isso, os esquemas reelaborados por Otto Bauer, que considera satisfatórios e ao mesmo tempo desprovidos das *falências* atribuídas por Rosa Luxemburg ao esquema de Marx. Esta autora havia criticado

o esquema de Bauer pelo fato da taxa de mais-valia permanecer constante, sem crescer juntamente com a composição orgânica do capital. Apesar de Bauer ter afirmado que tal contradição poderia ser sanada com a introdução *a posteriori* da taxa de mais-valia crescente, isto não foi feito por ele. O certo é que no seu esquema, com o crescimento do capital constante, sendo o dobro do crescimento do capital variável, há uma queda da taxa de mais-valia, só que esta queda não atrapalha o aumento do consumo capitalista e o crescimento do capital variável.

Grossmann foi, provavelmente, o primeiro autor a defender que o colapso não se explica a partir da taxa de lucro e sim da massa real de lucro que se esconde atrás do índice representado pela taxa de lucro: "O caráter do problema se faz inteligível se relacionamos o colapso não com a taxa de lucro, e sim com a massa de lucro" (op. cit. 130). Afirma que nenhuma conclusão diretamente relacionada à realidade pode ser extraída dos esquemas de reprodução, pois ao representarem apenas o valor no processo produtivo estavam impossibilitados de refletir fielmente a realidade da acumulação capitalista, na qual interagem valor e valor de uso.

O longo capítulo que Grossmann dedicou às contratendências à lei da queda tendencial da taxa de lucro - uma *auto-refutação* no entender de alguns críticos - não se limitam ao modelo teórico abstrato, mas lançam elementos com possibilidades concretas de utilização na análise das contradições da sociedade

capitalista avançada. Dessa forma, a melhoria da taxa de lucro e o aumento da massa de lucro são possíveis de serem alcançados através da diminuição dos custos de produção do capital constante e da diminuição do capital variável, da diminuição do tempo de rotação e dos gastos comerciais, e assim por diante.

O mesmo se pode dizer da exportação de capital, que decorreria da existência de um excedente de capitais nos países desenvolvidos, em função do qual as opções de investimentos se reduziriam ao máximo. Através da exportação destes capitais *sobrantes* o país exportador obteria uma mais-valia extra, que atenuaria a tendência à queda da taxa de lucro. Para Grossmann, portanto, o imperialismo é fruto da tentativa de melhorar a insuficiente valorização do capital existente nos países desenvolvidos, pela via da transferência da mais-valia originária das áreas dominadas. Isso prolongaria a vida do sistema, já que enfraqueceria as tendências ao colapso. A expansão colonial e a exportação de capital a que ela conduz, possuem um decisivo papel na sustentação da taxa de lucro em função das inúmeras produções com baixa composição orgânica do capital existentes nas colônias, o que abre a possibilidade de taxas de lucro bastante elevadas.

O autor não nega, portanto, a conexão apontada por Rosa Luxemburg entre metrópole e colônia, só que a enxerga de forma diametralmente oposta a da autora. Para ele, a colônia desempenha um papel fundamental, não tanto para a realização da mais-valia, mas sim para a produção de uma mais-valia extra, que

nos períodos de crise contra-arrestaria a taxa de lucro cadente da metrópole. Esta seria a mais importante causa da luta pela posse dos territórios coloniais travada pelas potências imperialistas, e não a necessidade de escoamento de suas mercadorias.

As contratendências possuem, para Grossmann, por sua própria natureza, um caráter transitório e não podem deter em definitivo a tendência ao colapso. A própria exportação de capital possuiria esta característica, já que à medida que aumente o número de países com excesso de capital e se eleve a massa de seus capitais em função da constante acumulação se intensificará a concorrência no mercado mundial em busca das esferas mais lucrativas de investimentos.

Em linhas gerais, o raciocínio de Grossmann é o seguinte: quanto mais o capitalismo avança tanto mais aumenta a parcela do capital que deve ser investido em meios de produção e tanto mais diminui relativamente a parcela que deve ser investida em salários. Em função disso, como o lucro é fruto da mais-valia, quanto mais cresce o capital mais decresce relativamente a mais-valia e, conseqüentemente, o lucro. Até um certo ponto a queda da taxa de lucro é compensada pelo aumento da massa de lucro para um determinado nível de acumulação, contudo, a queda da taxa de lucro implicará numa redução da massa de lucro. Enquanto a composição orgânica do capital é baixa, a mais-valia é relativamente elevada, garantindo um rápido incremento da acumulação.

Portanto, através de seu esquema de reprodução-

acumulação, Grossmann procura demonstrar que a acumulação com base numa progressiva elevação da composição orgânica do capital, atinge um ponto em que necessariamente tem que cessar. No patamar mais elevado de acumulação a parcela da mais-valia necessária a uma acumulação posterior deve ser tão grande que absorveria toda a mais-valia. Em outras palavras, a um certo estágio do processo de acumulação a massa de mais-valia produzida torna-se insuficiente para garantir simultaneamente as necessidades do capital constante, variável e o consumo dos capitalistas. Este ponto determinaria uma tendência do sistema ao colapso. A continuidade do processo produtivo iria depender da correlação de forças existentes na sociedade. A superação violenta desta tendência intrínseca ao colapso seriam as crises periódicas. Os fatores contratendentes amorteceriam esta tendência, porém com o desenvolvimento do capitalismo eles iriam se enfraquecendo.

Objeto de uma acalorada polêmica na década de 30² como dissemos, o trabalho de Grossmann tem o mérito de recolocar a discussão, a respeito do futuro do capitalismo, nos limites do processo de acumulação, resgatando a defesa da posição do caráter endógeno da crise capitalista. Isto não significa, no entanto, que concordemos com a sua visão *catastrofista* do futuro do capitalismo. O desenvolvimento deste, aliás, no período após Grossmann ter

(2) Cf. Ohlweiler, Otto Alcides. *Materialismo Histórico e Crise Contemporânea*, pp 183 a 193.

escrito seu livro, demonstrou, acreditamos, a precariedade da visão de que o sistema a um determinado nível de seu desenvolvimento se tornaria inviável. O capitalismo tem vivido crises extraordinárias nas últimas décadas e, apesar da proporção cada vez mais crescente que as mesmas têm assumido, o sistema tem dado verdadeiras lições de sobrevivência e de capacidade de adaptação a novas situações. Por ironia da história, registre-se, o que entrou em *colapso* não foi, como previu Grossmann, o capitalismo, mas o chamado socialismo real.

2.8. OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO, A REALIZAÇÃO E A MONOCAUSALIDADE NAS ANÁLISES DA CRISE

Toda a discussão travada desde o início do século até Grossmann foi, como vimos, realizada em geral de forma muito calorosa e enfática. Tal empolgação não é tão incompreensível, se levarmos em conta que o período foi quase todo caracterizado pela estreita vinculação entre os rumos do debate e os do próprio movimento social. Isto é, a discussão, longe de visar objetivos meramente acadêmicos, quase sempre procurava responder a questões colocadas pelo movimento social e pela luta de classes. Independente disso, porém, o debate foi marcado por algumas questões, indagações e até confusões teóricas típicas, quase sempre presentes nos textos da maioria dos autores. Dentre estas destacamos, em função de sua recorrência e importância, as seguintes: a permanente tentativa de explicar cientificamente a realização do produto social; a confusão a respeito do significado dos esquemas de reprodução de Marx; a monocausalidade na explicação das crises.

2.8.1. O PROBLEMA DA REALIZAÇÃO DO PRODUTO SOCIAL

Como verificamos, o problema da realização do produto social capitalista permeou o debate sobre crise e colapso no

interior da II Internacional. A história da teoria econômica apresenta três soluções para o problema da realização do produto social capitalista. A primeira delas, que remonta a James Mill, David Ricardo e Jean-Baptiste Say, pretende resolver o problema da realização da mais-valia através da equiparação da sociedade capitalista à produção mercantil simples, só que reduzindo esta última à mera troca de produtos. Segundo esta concepção, existiria um *equilíbrio metafísico* entre compradores e vendedores, em função do fato de cada produção criar sua própria demanda e dos produtos sempre serem trocados por produtos, em última análise. Logo, se as mercadorias forem produzidas nas quantidades e proporções certas, jamais haveria crises de sobreprodução. Para os teóricos defensores desta visão, portanto, o problema da realização se reduz ao problema da proporcionalidade entre os setores da produção.

Sismondi, o principal crítico contemporâneo da escola clássica, possuía uma visão completamente diferente, encarando as mercadorias não como simples *produtos* mas como produtos do capital. Muito antes da polêmica travada pelos comunistas da II Internacional, ele já fazia a clássica interrogação: se os trabalhadores só podem adquirir aquela parte da produção equivalente aos seus salários e os capitalistas consomem apenas uma pequena parte da mais-valia, já que uma outra parte deve ser reinvestida na produção, como se realizará a produção social ?

Para Marx a realização da mais-valia é também um dos

problemas mais difíceis a ser enfrentado pela teoria. Discorda da posição de Sismondi, porém, e defende que a produção capitalista cria seu próprio mercado e, neste sentido, *resolve* o problema da realização. Isto é, resolve o problema criando a forma através da qual ele pode mover-se, ou seja, transferindo-o para uma esfera mais ampla. Em outras palavras, a saída passa pela permanente ampliação dos seus mercados interno e externo. A reprodução ampliada para Marx, portanto, nem é algo impossível como defendia Sismondi nem tampouco pode progredir até o infinito como acreditavam os clássicos.

Mais à frente analisaremos mais detalhadamente que o problema da realização está relacionado à existência do dinheiro, que segmenta, dissocia o ato da compra e o da venda. Isto, porém, não explica completamente o problema, já que outras formações econômicas utilizam o dinheiro, sem que as dificuldades de realização tenham assumido proporções sequer parecidas com as do capitalismo.

2.8.2. OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO E SEU SIGNIFICADO

Os chamados esquemas de reprodução, um instrumental teórico utilizado por Marx para melhor entender o funcionamento da sociedade capitalista, foi alvo de muita confusão e mal-entendidos. Os esquemas foram construídos com o fito de *resolver* uma contradição insolúvel no mundo real, qual seja, aquela existente

entre valor e valor de uso. Na análise do capital social, Marx demonstra que a formação do valor e da mais-valia se depara com um poderoso obstáculo: o valor de uso. No processo de reprodução, o capitalista necessita não apenas de um fundo de valores como precisa também encontrar estes valores em forma de uso, ou seja, em forma de máquinas, matéria-prima e meios de vida; e tudo isto em proporções definidas pelas exigências técnicas de produção. A formação do valor, portanto, está ligada aos valores de uso das mercadorias.

Isto não significa, obviamente, que o capitalismo tenha como última finalidade a satisfação das necessidades produtivas e individuais da sociedade. A busca do máximo de mais-valia é a principal característica do capitalismo e, por isto, somente se produzem valores de uso que simultaneamente sejam valores. As próprias necessidades humanas são satisfeitas somente na proporção em que forem indispensáveis à criação da mais-valia.

Portanto, os trabalhadores só poderão satisfazer suas necessidades de consumo se conseguirem vender sua força de trabalho que, por sua vez, só será adquirida no mercado se revelar-se como criadora de mais-valor. O mesmo ocorre com os meios de produção, que só serão empregados se existirem expectativas de que irão elevar a taxa de lucro. O próprio capitalista encontra os limites de seu conforto e prazer na constante necessidade de acumulação de capital.

Por conseguinte, a possibilidade de solução desta

contradição real apareceu com a utilização de um modelo extremamente abstrato como são os esquemas, surgidos tão somente para facilitar a compreensão da realidade. Eles dividem todo o produto social em dois grandes setores, que trabalham um para o outro mutuamente e devem zelar especialmente pela substituição do valor de seus elementos produtivos. Contudo, isto só poderá ser feito se cada um tomar forma material adequada às suas necessidades. Mas, por um outro lado, isto só poderá ocorrer se tais valores de uso forem obtidos reciprocamente, através do intercâmbio de equivalentes de valor.

Tal dependência mútua de *substituição de valor* e substituição de material surge nitidamente nos esquemas de reprodução. Porém essa dependência só poderá existir se ambos os setores forem estritamente separados e se as suas relações se limitarem exclusivamente à troca de equivalentes de mercadorias. Em outras palavras, o equilíbrio da reprodução social global exige que as relações de troca entre os dois principais setores da produção devem se equivaler mutuamente, tanto no aspecto do valor quanto no aspecto do valor de uso.

Essa é uma *conditio sine qua non* dos esquemas, muitas vezes não respeitada por certos autores que, ao tentar *melhorar* os esquemas introduzindo condições menos *rigorosas* e, portanto, mais próximas da realidade concreta, provaram não ter compreendido o sentido e a estrutura dos mesmos. É evidente que na *vida real* a solução do conflito entre valor e valor de uso acaba por se dar

através de centenas de maneiras, como o ajuste dos preços das mercadorias às necessidades sociais, a quebra de algumas empresas, etc. Mesmo assim surgem as crises, que são um reflexo das contradições imanentes da sociedade capitalista e que, portanto, não podem ser resolvidas no âmbito desta. Por conseguinte, os esquemas surgem como um instrumento importante de resolução desta contradição, ganhando assim larga aplicabilidade teórica.

Poderíamos dizer que, assim como a separação temporal e espacial da compra e venda significam a possibilidade formal de existência da crise, os esquemas significam a possibilidade formal de inexistência da crise. A história do capitalismo é a história da luta constante entre a possibilidade de surgimento da crise colocada pela moeda e os esquemas de reprodução. Nos períodos de prosperidade, predomina o funcionamento dos esquemas de reprodução e as condições necessárias à reprodução do capital são repostas; nos períodos de crise, predomina a separação entre compra e venda das mercadorias, surgindo a superprodução, que nada mais é do que a forma através da qual a crise se manifesta.

2.8.3. O PROBLEMA DA MONOCAUSALIDADE NAS ABORDAGENS SOBRE CRISE E COLAPSO

Um exame superficial das abordagens sobre crise e as tendências do capitalismo vistas acima nos demonstrará que praticamente todas elas se caracterizam por uma visão monocausal do problema. Ernest Mandel abordou muito bem esse problema em sua

obra *O Capitalismo Tardio*.

Para Rosa Luxemburg, o fator determinante das tendências a longo prazo do capitalismo reside na dificuldade de realização da mais-valia e conseqüente dependência do sistema em relação a regiões não-capitalistas para a realização das mercadorias. Em Hilferding, o problema está na concorrência ou na anarquia da produção. Só que este aspecto, sem dúvida decisivo, foi extraído da sua globalidade e passou a ser apontado pelo autor como a única causa das crises capitalistas. Desta visão até a concepção de um *capitalismo organizado* comandado por um *cartel geral* e sem crises, precisou apenas de um pequeno salto.

Na permanente busca da *causa fundamental* das contradições do capitalismo, Otto Bauer adota várias posições diferentes ao longo do tempo. De sua tese inicial de que a liberação periódica do capital não-acumulado é a razão mais importante na ruptura do processo de acumulação, ele chega até uma concepção onde a contradição-chave do capitalismo é o fato de que a produção de capital constante no departamento I cresce mais rapidamente do que a procura de capital constante no departamento II, conseqüência do aumento de mais-valia.

A tese de Bauer, uma versão melhorada da tese de Rosa Luxemburg, foi adotada com pequenas variações por vários autores, como vimos. Mandel aponta uma incompreensão fundamental que está por detrás dessa formulação: o pressuposto básico com que trabalham estes autores é o de que não há alteração na proporção do

valor de produção ou da capacidade produtiva entre os dois departamentos, ao mesmo tempo em que a demanda de mercadorias originárias do departamento II cresce mais lentamente do que a demanda de mercadorias do departamento I em função da elevação da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Dessa forma, a crise torna-se algo inevitável. Entretanto, a constância desta proporção entre os acréscimos da produção no departamento I e a capacidade produtiva do departamento II nunca foi comprovada.

O fato de que o desenvolvimento acelerado no Departamento I, ao aumentar a composição orgânica do capital na economia como um todo, deve também aumentar, em última análise, a capacidade produtiva do Departamento II, não prova de maneira alguma que a capacidade produtiva de ambos os Departamentos deva aumentar na mesma proporção. No entanto, se houver uma alteração nas proporções recíprocas das duas capacidades, e dado um grande acréscimo na produção total de mercadorias, uma demanda ampliada em relação às mercadorias do Departamento I poderá certamente ser acompanhada por um aumento absoluto - embora menor em termos relativos - da capacidade produtiva do Departamento II e pela utilização plena dessa capacidade, sem que isso necessariamente acarrete superprodução ou capacidade excedente (Mandel, 1982, 23).

Para Henryk Grossmann, o problema central de funcionamento do modo de produção capitalista é o de superacumulação, ou seja, uma situação em que o total da mais-valia existente na sociedade é insuficiente para a valorização lucrativa do total de capital existente. As dificuldades de valorização do capital seriam um empecilho absoluto se conduzissem a uma diminuição da mais-valia consumida improdutivamente. A incapacidade

do sistema em valorizar lucrativamente todo o capital existente levaria à interrupção global do processo de expansão. Como assinala Mandel, o primeiro argumento omite um fato central: parcela da mais-valia destinada ao consumo poderia ser dividida entre um número cada vez menor de capitalistas. Uma baixa no total da mais-valia consumida improdutivamente é plenamente compatível com uma elevação do consumo de cada família capitalista. O segundo argumento esquece que uma situação de *superacumulação* de capital não conduzirá toda a economia ao colapso mas provocará apenas a desvalorização do capital *excedente* através da concorrência e da crise. A função das crises é exatamente a de *sanear* a economia, evitando assim uma estagnação mais longa do processo de valorização.

Podemos verificar, assim, que todos os teóricos que travaram a polêmica sobre crise e colapso no seio da II internacional - com exceção, talvez, de Bukhariñ, que em sua crítica a Luxemburg assinalou de passagem que para se antever a derrocada do capitalismo seria necessário considerar várias contradições básicas - pretendem compreender toda a dinâmica do modo de produção capitalista a partir de uma só variável do sistema. Sejam *desproporcionalistas*, *subconsumistas* ou partidários da lei tendencial da queda da taxa de lucro, em regra estes autores insistem em tentar explicar este complexo fenômeno da sociedade capitalista através de uma única - e absoluta - causa.

Esta suposição contradiz a própria visão da obra de Marx,

que analisa o capitalismo como uma totalidade dinâmica sendo que, portanto, um determinado resultado será fruto da interação de todas as leis básicas de desenvolvimento. Apesar de trazerem elementos importantíssimos para a análise da crise, todas estas explicações pecam pela insuficiência e ausência de uma visão global do problema. Isto, por sua vez, decorre de um erro básico comum a todas as escolas, que é o de separar analiticamente produção e consumo.

O sistema capitalista é, além de produção generalizada de mercadorias e mais-valia, a apropriação efetiva desta última através da venda das mercadorias produzidas. Qualquer explicação da crise que considere apenas a produção ou apenas a realização da mais-valia, ignorando que as duas formam um todo orgânico, será necessariamente incompleta. Um dos objetivos do próximo capítulo é o de tentar construir um modelo de análise que procure levar em conta os principais fatores causadores da crise de sobreprodução sem limitar-se a apenas um.

CAPÍTULO III

Uma Visão Marxista da Crise

3.1. INTRODUÇÃO

Como já assinalamos anteriormente, não vamos encontrar em Marx uma teoria das crises sistematizada, mas sim uma concepção geral sobre o tema, distribuída ao longo da sua obra. Guiado pelo método dialético, Marx, que visava descobrir as leis fundamentais da sociedade capitalista, estudou exatamente as contradições que movem esta sociedade e suas formas de manifestação. O estudo de tais contradições constitui ao mesmo tempo o estudo das condições gerais das crises econômicas.

O estudo da crise em Marx, portanto, deve ser buscado na totalidade de sua obra econômica, onde encontramos a descoberta da lei fundamental da economia burguesa, das contradições desta sociedade e de sua relação com as crises. Por conseguinte, frustram-se as tentativas - bastante comuns - de buscar uma *teoria das crises* em uma seção de *O Capital* ou nas *Teorias da Mais-Valia*.

Partindo da análise da mercadoria, Marx constata que esta é a base do modo de produção capitalista e que a sobreprodução de mercadorias é a manifestação mais geral da crise. Por outro lado, percebe também que é a ação do valor que transforma os diferentes trabalhos privados em trabalho social.

Ao converter os diversos trabalhos privados em social a ação do valor estabelece uma relação entre os proprietários privados de mercadorias. Por isso o valor é considerado essencialmente uma relação social.

Entretanto, o valor tem como palco de atuação uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho. Isso implica em que os trabalhos privados sejam reconhecidos socialmente apenas *a posteriori*, o que possibilita o não reconhecimento de uma parcela do trabalho incorporado. Isto aparece através da contradição existente entre o valor e o valor de uso. Essa contradição, por sua vez, surge exteriormente através da contradição entre a mercadoria e o dinheiro.

Por que essa bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro constitui uma contradição em si mesmo? Porque o dinheiro possibilita a separação dos dois momentos da troca (compra e venda) tanto no tempo quanto no espaço. Poderá haver então a venda sem compra e isso atrapalha a metamorfose das mercadorias à forma dinheiro:

A natureza da metamorfose das mercadorias, a qual abrange tanto a dissociação quanto a unidade da compra e venda, em vez de excluir, ao contrário, encerra a possibilidade de uma oferta excessiva geral. (Marx, Teorias da Mais-valia, v. II, 940)

Examinemos um pouco mais detalhadamente como isto

funciona. A mercadoria é uma unidade constituída pelo valor e pelo valor de uso. Como toda unidade dialética, a unidade não pode ser separada da contradição. A mercadoria não pode interessar ao seu produtor como valor e como valor de uso ao mesmo tempo. Se interessar como valor de uso ela deixa de ser mercadoria, reduzindo-se a um simples produto de subsistência; se interessar como valor ela não pode interessar como valor de uso já que tem que haver a venda no mercado para obter-se esse valor.

Neste contexto, a troca direta surge como a saída necessária para a contradição interna da mercadoria. O que ocorre, porém, é que nem sempre a troca é possível. Se não houver mútuo interesse, entre comprador e vendedor, pelos valores de uso das respectivas mercadorias, a contradição persiste.

Assim, a contradição interna da mercadoria entre valor e valor de uso cria a possibilidade de existirem produtos que não são consumidos. A mercadoria, portanto, traz em si, a origem das crises.

À medida que a forma mercadoria se desenvolve, desenvolve-se também a contradição que ela encerra. O aprofundamento da divisão social do trabalho aumenta a contradição *valor x valor de uso*, isto é, cada vez mais a mercadoria interessa ao seu produtor como valor e menos como valor de uso.

As formas do valor evoluem refletindo este desenvolvimento da contradição. A forma simples evolui até se converter em troca por intermédio do equivalente geral. Em

determinado momento a contradição da mercadoria não se resolve mais no âmbito da troca direta, surgindo a forma dinheiro do valor. O processo de circulação, que antes era M-M, passa a ser M-D-M, surgindo a possibilidade formal da crise.

Com M-D-M o ato da troca divide-se em dois atos, a compra e a venda, separáveis tanto no tempo quanto no espaço. Pode-se agora vender sem comprar, o que leva à interrupção do processo de circulação. Assim, se por um lado, a circulação M-D-M é uma solução superior da contradição valor x valor de uso, por outro, ela aprofunda essa mesma contradição.

Um produtor qualquer pode agora vender seu produto e, ao invés de comprar outra mercadoria, reter o dinheiro em suas mãos, interrompendo-se assim, o processo de circulação. É por isso que se diz que a forma dinheiro cria a possibilidade formal da crise. É formal porque a sua existência não garante que surjam as crises - já que para isso uma série de condições precisam ser preenchidas - mas cria a possibilidade de surgimento das mesmas.

Portanto, a possibilidade da crise de sobreprodução tem sua origem na possibilidade de rompimento da unidade valor x valor de uso. O desenvolvimento da mercadoria, por sua vez, desenvolve a possibilidade de surgimento da crise.

O processo acima descrito, poderá ocorrer tanto na circulação simples quanto na circulação capitalista. Na circulação simples, contudo, embora já se faça presente a possibilidade formal da crise, não existem maiores motivos para que os produtores deixem

de comprar ou vender os produtos, já que a finalidade da troca é o valor de uso e não o aumento do valor de troca. A produção se orienta basicamente para o consumo humano, o que reduz a probabilidade das crises de sobreprodução.

Entretanto, com a passagem da circulação simples para a circulação capitalista, novas contradições farão com que a simples possibilidade formal de surgimento das crises se torne uma necessidade.

3.2. A NECESSIDADE DA CRISE DE SOBREPDUÇÃO

Com o desenvolvimento da circulação simples e a generalização da circulação capitalista o D passa a ser a própria finalidade da produção. Se na circulação simples a lógica de funcionamento do sistema estava na diferença qualitativa das mercadorias trocadas, isto é, nos diferentes valores de uso, na circulação capitalista a lógica é a da quantidade, isto é, da diferença quantitativa entre o D inicial e o D final.

Na circulação do capital, portanto, o objetivo dos produtores passa a ser a obtenção de valor, que encerrará todo o sentido do processo produtivo. Não existem limites para o capitalista do ponto de vista da quantidade de dinheiro, isto é, enquanto este lhe render um delta aquele sempre lançará mais dinheiro em circulação. A lógica da circulação capitalista, portanto, é uma lógica de repetição.

Para entendermos as razões que fazem com que a crise se torne uma necessidade, e percebermos concretamente o que Marx quer dizer com "unidade do processo de produção e do processo de circulação"³, a análise terá de ir até a produção da mais-valia.

(3) Esta unidade é, muitas vezes, ignorada por estudiosos das crises, tanto *subconsumistas* quanto *desproporcionalistas*, que acabam estabelecendo uma relação mecânica entre uma e outra esfera, perdendo de vista a conexão íntima existente entre as duas.

No capitalismo, a obtenção do valor, que passa a ser, como vimos, o objetivo central da produção, ocorre especificamente através da obtenção da mais-valia: "A produção de mais-valia, ao fabricar um excedente, é a lei absoluta deste modo de produção". (Marx, 1985, L.I, 747)

Mas para que o valor possa se tornar o objetivo maior do processo produtivo é necessário que o delta D seja o resultado natural da circulação capitalista (D-M-D). Para que isso ocorra, M tem de ser uma mercadoria com características peculiares, que tenha a propriedade de produzir valor: a força de trabalho.

A produção de mais-valia, portanto a existência do próprio capital, está intrinsecamente associada ao surgimento e generalização da força de trabalho:

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade (Marx, 1985, L.I., 190)

O aparecimento da força de trabalho transforma profundamente as relações entre os homens. Aqui já não se trata mais de uma sociedade de simples produtores de mercadorias mas de uma sociedade constituída de duas classes sociais fundamentais: burguesia e proletariado. A relação entre estas duas classes cria uma nova relação social, a relação capital x trabalho que, por sua vez, gera novas contradições.

Entender o papel e as conseqüências do surgimento da mercadoria força de trabalho é fundamental para a compreensão da crise capitalista. Do ponto de vista da circulação, a mercadoria força de trabalho deve ser estudada tanto sob a ótica do capital quanto pela ótica do trabalhador. Da ótica do capital esta circulação representa a aquisição do direito de uso das capacidades físicas e intelectuais do trabalhador em troca de um determinado salário.

Do ponto de vista do possuidor da força de trabalho, este ato representa um simples ato de circulação de mercadorias, com a obtenção do salário, que constitui o preço da força de trabalho.

Para o capital, o ato de compra da força de trabalho é premissa da produção de mais-valia. Este ato deverá ser completado pelo ato $M'-D'$ onde M' é já um valor acrescido em função da utilização produtiva da força de trabalho, que assume a forma D' . Assim a circulação do capital $D-M-D'$ adquire sentido e razão de ser.

O trabalhador não vende sua força de trabalho porque disso extraia prazer, mas porque, como não possui os meios de produção, dela não pode dispor. Necessita por isso vendê-la para, de posse de seu valor na forma dinheiro, obter outras mercadorias existentes no mercado, imprescindíveis à sua própria reprodução. Do ponto de vista do trabalhador, portanto, a venda de sua força de trabalho é um simples ato $M-D-M$, não havendo obtenção de excedente.

No aspecto da sua circulação, por conseguinte, a

articulação da força de trabalho com a circulação do capital é dupla: ao realizar o ato FT-D articula-se com o primeiro ato de circulação do capital D-FT; no ato D-M, articula-se com o segundo ato de circulação do capital, M'-D'. Fica aqui evidente que há uma estreita dependência entre os dois atos pois, da massa de salários vão depender as condições de valorização do capital, em função do consumo final dos trabalhadores⁴.

Fica ainda mais clara a conexão entre o processo de circulação da força de trabalho e o de circulação global do capital se examinarmos um pouco o processo de produção capitalista. No interior do processo produtivo a força de trabalho é o fator subjetivo, sendo que a sua utilização é um ato exclusivo da circulação do capital. Ela torna-se a parte do capital produtivo que, ao ser consumida produtivamente, viabiliza o consumo da outra parte do capital, os meios de produção (fator objetivo). Este último tipo de consumo, o chamado consumo intermediário, é também fundamental ao processo de realização das mercadorias, refletindo-se, portanto, na valorização do capital social global.

Por outro lado, contudo, tanto o consumo da força de trabalho, quanto o consumo intermediário, significam um maior número de mercadorias produzidas e, por conseqüência, um maior número de mercadorias esperando serem realizadas. Significam novos valores de uso e novo valor a espera de realização.

(4) Cf. Mendonça, 1987, 167

Surge aqui uma importante diferenciação. Do ponto de vista da produção de valores de uso, força de trabalho e meios de produção participam igualmente. No que diz respeito à produção de valor, no entanto, existe uma diferença fundamental: quem cria valor é a força de trabalho, os meios de produção apenas transferem seu próprio valor às mercadorias produzidas. Além disso, nos dois casos, quem desempenha o papel ativo é a força de trabalho, pois as máquinas, equipamentos e matérias-primas só transferem valor com a interferência do trabalho, que é propriedade daquela.

O valor criado pela força de trabalho pode ser dividido em duas partes: uma primeira cobre o valor da força de trabalho, ou seja, o salário do trabalhador; a outra parte corresponde à mais-valia apropriada pelo capitalista na forma de lucro. É esta última parte que dá sentido à produção de tipo capitalista e que compõe a base objetiva para a existência de diferentes classes na sociedade. No caso da sociedade capitalista, vai mais além e constitui a base objetiva para a contradição entre o capital e o trabalho.

A maximização do lucro é a razão da produção capitalista. Este poderá ser obtido por duas vias: através do aumento da jornada de trabalho ou através da redução do valor da força de trabalho. No primeiro caso, a massa da mais-valia (M) pode aumentar sem alterar a sua relação com o valor da força de trabalho (V), ou, o que é mais frequente no capitalismo, aumenta a M e a relação entre M e V (taxa de mais-valia). O segundo caso implica num processo

mais lento, que irá depender do que ocorre com outros capitais, especialmente daqueles investidos no setor de bens de consumo. Ou seja, irá depender do aumento da produtividade destes setores, fazendo assim com que caia o valor das mercadorias que são consumidas pelos trabalhadores e, portanto, tenham influência sobre o valor da força de trabalho.

Chegamos a uma contradição-chave existente na produção capitalista. Por um lado, movidas pelo desejo do lucro, a produção e a produtividade atingem níveis cada vez mais altos; por outro lado, no entanto, existe uma tendência crescente à redução daquela parcela do valor produzido que se destina aos trabalhadores. Essa redução, ainda que relativa, impõe limites crescentes à realização dos bens de consumo.

A contradição *valor x valor de uso* contida na mercadoria assume aqui um plano superior. O aumento da produção de valores de uso, através do aumento da produção e da produtividade, choca-se com as condições de valorização do próprio capital.

O progresso da produtividade, no plano da produção, gera duas tendências básicas: a) aumenta o número de valores de uso por unidade de força de trabalho; b) reduz relativamente o v na parcela do valor novo criado ($v + m$). Estas duas tendências, no âmbito da circulação, se manifestam contraditoriamente entre si: a primeira eleva o número de mercadorias que precisam ser realizadas; a segunda estreita (relativamente) a base de consumo da sociedade. As duas tendências em interação levam, periodicamente, a crescentes

dificuldades de realização das mercadorias e, por conseguinte, a crescentes obstáculos à realização do próprio capital.

A circulação da mercadoria força-de-trabalho se articula dupla e contraditoriamente com o processo de circulação global do capital:

A realização do primeiro ato Ft-D torna-se o ato essencial da produção capitalista, na medida em que cria as condições indispensáveis à produção de valor. A realização do segundo ato D-M torna-se o elemento determinante, em última instância, da realização da própria circulação de capital por constituir o elemento fundamental da procura de consumo da sociedade (Mendonça, op. cit. 167)

Dessa forma, o surgimento da mercadoria força-de-trabalho é marcado por duas características contraditórias entre si: por um lado ele abre amplas possibilidades de valorização do capital; por outro, gera as condições de interrupção do processo de valorização do próprio capital, tornando a crise não mais apenas uma possibilidade, mas já uma necessidade.

Até aqui temos analisado apenas o capital industrial. Outras formas de capital, porém, são muito importantes para o estudo da crise, na medida em que, ao mesmo tempo em que alavancam enormemente o desenvolvimento da sociedade capitalista, também aumentam fantasticamente a possibilidade de ruptura do processo produtivo e de irrupção da crise. No próximo item analisaremos o capital bancário e o crédito, tentando vincular seu desenvolvimento ao problema das crises, vinculação esta no nosso entender muito estreita, especialmente nas crises mais recentes.

3.3. O CAPITAL BANCÁRIO E O CRÉDITO

O desenvolvimento do comércio e a multiplicação das compras e vendas geram as condições de desenvolvimento das relações de crédito. Estas relações surgem inicialmente vinculadas à função de meio de pagamento do dinheiro. A mercadoria passa a ser vendida não por dinheiro mas por uma promessa de pagamento num determinado prazo. Há uma defasagem temporal entre o ato de entrega da mercadoria e o ato do pagamento em dinheiro.

Esta primeira forma de crédito pode realizar-se tanto entre os capitalistas industriais e comerciais quanto entre estes grupos e um consumidor final, configurando o crédito ao consumo.

Mas se o surgimento do dinheiro trouxe uma cisão nos atos de compra e venda, o crédito veio trazer uma nova separação no ato da transformação das mercadorias em dinheiro. Este último, com o crédito, é substituído por uma promessa de pagamento futuro. Há uma circulação de mercadorias sem uma concomitante circulação de dinheiro, isto é, a circulação de mercadorias adquire autonomia em relação à circulação de dinheiro.

Os reflexos do desenvolvimento do crédito no interior da sociedade são contraditórios. Ao autonomizar a circulação das mercadorias da sua conversão imediata em dinheiro, ele facilita a

circulação e acelera o processo de reprodução do capital⁵. Mas, ao antecipar um poder de compra sem a respectiva compensação em dinheiro e disseminar-se no seio de toda a sociedade, o crédito aumenta enormemente os reflexos da crise que pode advir da não-consumação do processo de realização da mercadoria. Através do crédito, o comprador pode adiar o pagamento em dinheiro da mercadoria que adquire - o que não elimina a necessidade da realização desta. Em decorrência, o crédito potencializa as contradições e aprofunda os reflexos da crise.

O capital bancário, além de inicialmente centralizar e simplificar as operações creditícias, passou, num segundo momento, a intervir nas próprias relações de crédito, dando-lhe um sentido mais especificamente capitalista. As promessas de pagamento são transferidas para os bancos que, em troca, cedem papéis já com características de equivalente geral. Isto obviamente impulsiona o crédito, na medida em que aumenta a sua aceitação social em decorrência da garantia fornecida pelo banco.

Mas a obrigatoriedade da realização do ato de pagamento dentro do prazo previsto se mantém, sob pena de quebrar-se um dos elos da cadeia de crédito. Portanto, se por um lado o crédito favorece a circulação de mercadorias, por outro ele amplia

(5) "O crédito acelera as diversas fases da circulação ou da metamorfose das mercadorias e ainda da metamorfose do capital; em consequência, acelera o processo de reprodução em geral..." (Marx, *O Capital*, V. 5, 504).

enormemente as contradições do sistema.

Um pressuposto essencial de funcionamento do crédito bancário é, obviamente, a valorização do dinheiro adiantado, isto é, o montante emprestado, ao final do ciclo de realização deve retornar às mãos do capitalista bancário acrescido de juros. A origem deste, pode tanto vir da mais-valia, se for uma dedução do lucro de um empresário do setor industrial ou comercial, quanto do salário.

O tipo de crédito bancário que vínhamos analisando até aqui - aquele associado à realização das mercadorias - apesar de importante, não é o que caracteriza melhor o sistema capitalista propriamente dito. Neste a variante predominante do comércio de dinheiro é a do dinheiro-capital, ou seja, o dinheiro que financia o processo de produção.

Com o dinheiro emprestado pelo banqueiro, com base em certas garantias legais, o capitalista industrial adquire força de trabalho e meios de produção, convertendo assim, o dinheiro em capital produtivo. Ao final do ciclo produtivo o industrial devolve ao banqueiro o dinheiro que lhe foi adiantado acrescido de um delta correspondente ao juro, que é o preço pago pelo industrial ao banqueiro pela utilização do capital.

O capital bancário é fator de enorme alavancagem da acumulação capitalista. Ele possibilita que o ato $D'-M$ seja realizado sem que antes tenha ocorrido o ato $M'-D$. A condição prévia para a produção, ou seja, o dinheiro para contratar força de

trabalho e meios de produção não depende mais da realização anterior do valor produzido. Entretanto, ao mesmo tempo o capital bancário aumenta a independência do produtor industrial perante as condições de realização do produto, o que tende a agravar a contradição produção-consumo e a anarquia da produção.

Ao contrário do crédito de realização, que tem sua origem nas sociedades pré-capitalistas, o crédito de financiamento possui um conteúdo mais especificamente capitalista. O juro, que valoriza o capital bancário, torna-se forma de existência da mais-valia, isto é, a valorização do capital bancário torna-se dependente da valorização do capital industrial. O crédito de financiamento vai possibilitar um progresso inusitado na relações de crédito existentes na sociedade, impulsionando-as para além de todos os limites e, inclusive, criando novas formas de moeda.

Mas, pergunta-se, qual a origem do dinheiro que os banqueiros colocam à disposição dos industriais? O que possibilita que em determinado momento um indivíduo disponha de um valor superior ao realizado anteriormente é que um outro indivíduo tenha decidido não utilizar momentaneamente um valor já realizado. O papel do capital bancário é o de exatamente realizar a ligação entre esses dois indivíduos, transferindo o valor realizado do primeiro, que abdica do seu uso imediato, para o segundo, que necessita do capital dinheiro.

A evolução do capital bancário, assim como o surgimento de outras instituições, além dos bancos, voltadas para o crédito de

financiamento, acabam por criar uma sofisticada cadeia de relações de crédito, cada vez mais independentes da produção real da economia gerando em escala ampliada o capital fictício:

Com o desenvolvimento do capital produtor de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar-se e às vezes triplicar-se, em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos. A maior parte deste capital-dinheiro é puramente fictícia. Excetuado o fundo de reserva, todos os depósitos, embora sejam créditos contra o banqueiro, não têm existência efetiva. Quando utilizados nas operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, desde que estes os tenham emprestado. Os banqueiros entre si pagam os cheques recíprocos sobre depósitos que na realidade não existem, fazendo as deduções correspondentes nos saldos contábeis.
(Marx, *O Capital*, v. 5, 541)

Mas a independência do ciclo do capital produtivo em relação ao ciclo do dinheiro tem um limite bem definido: o montante de dinheiro disponível para atuar como capital bancário não poderá ultrapassar a magnitude do dinheiro colocado nos bancos pelos indivíduos que não desejam utilizá-lo. Ocorre que o desenvolvimento da atividade bancária leva à possibilidade destes limites serem ultrapassados, gerando assim um processo de criação de dinheiro sem correspondência em termos de criação de valor. Este diferencial não é mercadoria, também não é valor, mas, na prática, pode funcionar como dinheiro nas suas diferentes funções.

Este capital fictício, simples dinheiro criado pelo banco, deveria ser compensado pela realização de um valor de igual magnitude, sob pena de trazer problemas à circulação geral de

mercadorias. Se tal compensação não ocorrer, esta espécie de "forma antecipada de valor" não se legitima através da realização de um valor equivalente, fazendo com que o montante deste efetivamente realizado seja inferior ao montante do dinheiro em circulação.

Mas, mesmo que este dinheiro fictício ainda não tenha sido compensado através da realização de um valor equivalente, ele atua normalmente como moeda, desta em nada se diferenciando. Como não existe legitimidade social para este diferencial que circula como se fora qualquer parcela da moeda total em circulação, haverá uma baixa no valor de cada unidade monetária, com a conseqüente alta geral dos preços.

O fenômeno da subida geral dos preços das mercadorias, que nas últimas décadas tem acompanhado as crises de sobreprodução nas economias capitalistas é, na verdade, uma forma de adaptação do valor criado e realizado à sua representação monetária. Com um aumento geral de preços, haverá destruição de moeda em um montante equivalente àquele sem lastro.

3.4. A CONTRADIÇÃO ENTRE O CARÁTER SOCIAL DA PRODUÇÃO E A SUA APROPRIAÇÃO PRIVADA

A contradição entre a socialização crescente da produção e a apropriação cada vez mais privada desta mesma produção é uma das principais, senão a principal, contradição do modo de produção capitalista. Nos próximos parágrafos vamos tentar explicar sua conexão com a crise e suas manifestações concretas, isto é, a contradição produção-consumo e a anarquia da produção.

Existindo na forma embrionária na contradição valor x valor de uso, contida no interior da mercadoria, a crise torna-se possível a partir do surgimento da forma dinheiro e da circulação M-D-M. Com o desenvolvimento da mercadoria e com o conseqüente aparecimento da circulação do tipo D-M-D, a crise deixa de ser mera possibilidade, tornando-se uma necessidade e surgindo concretamente em determinado estágio do desenvolvimento capitalista.

Todo este processo é permeado pelo desenvolvimento de uma contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre a crescente socialização da produção e a apropriação cada vez mais privada. Em que consiste tal contradição?

A produção de uma simples mercadoria pressupõe um emaranhado tão grande de relações que faz com que o ato de produção na sociedade capitalista seja um ato profundamente social. Além disso, cada vez maior é a quantidade e a variedade das mercadorias

produzidas e cada vez mais complexa é a rede de relações entre os setores e ramos do aparelho produtivo.

Essa recíproca dependência entre os diversos capitais aumenta ainda mais com o desenvolvimento do comércio e do crédito. Justamente esse processo de crescente interdependência nas relações de produção é usualmente designado como socialização da produção.

Através da socialização da produção, cada capital torna-se uma parcela do processo de reprodução social, criando vínculos de dependência cada vez mais fortes e definidos, com os diversos capitais. Toda essa socialização do processo produtivo, no entanto, entra em conflito com a apropriação privada da riqueza, que orienta-se unicamente pela busca do lucro e não pelas necessidades sociais. Tal contradição entre produção e apropriação capitalistas, que obviamente se agrava com o avanço da socialização da produção, termina por se manifestar concretamente através da contradição produção-consumo e da chamada anarquia da produção.

A contradição produção-consumo, que juntamente com a anarquia da produção originará um processo que provoca constantes rupturas no processo de reprodução capitalista, pode ser explicada da seguinte forma: o objetivo final da produção é o consumo humano. Em qualquer época histórica a produção só tem sentido se for para satisfazer necessidades humanas. Como resultado de um longo processo de desenvolvimento da produção de mercadorias, porém, no modo de produção capitalista o consumo existe apenas para expandir a mais-valia e garantir a acumulação do capital. O fim último da

produção no capitalismo é o valor, sendo que o consumo subordina-se a este objetivo, tornando-se um consumo solvente.

Assim, a maximização do lucro, ao imprimir toda a lógica da produção, conduz necessariamente à redução relativa de V, comprimindo a base de consumo da sociedade. O consumo produtivo, por sua vez, não só não resolve o problema do estreitamento da base do consumo como o agrava, na medida em que eleva ainda mais o número de mercadorias a espera de realização.

Chegamos então, à contradição produção-consumo propriamente dita, no interior da qual se move a produção capitalista: por um lado a busca do lucro máximo eleva enormemente a produção, por outro, esta mesma tentativa de elevação do lucro pressiona constantemente a base de consumo da sociedade, criando crescentes obstáculos à realização da produção social⁶.

(6) um grande equívoco dos *subconsumistas* de ontem e de hoje é o de supor que o aumento dos salários reais, ao elevar a capacidade de consumo da sociedade, acabaria com o fenômeno das crises. Os aumentos salariais, ao contrário, se forem concedidos em períodos prolongados, aceleram a queda da taxa de lucro, reduzem os investimentos e a demanda por meios de produção, conduzindo assim às crises. Pelo que entendemos, é isto que Marx quer dizer na passagem seguinte:

É mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuados os casos do indigente e do gatuno. Ficarem as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontraram compradores capazes de pagar, isto é, consumidores (sejam as mercadorias compradas, em última análise, para consumo produtivo ou para consumo individual). Mas se, para dar a essa tautologia aparência de justificação mais profunda, se diz que a classe trabalhadora recebe parte demasiadamente pequena do próprio

Uma outra forma de manifestação da contradição entre a socialização da produção e a crescente privatização da apropriação, é a anarquia da produção. Como não existe uma coordenação centralizada e *a priori* dos investimentos de capital, as correções dos desequilíbrios ficam ao encargo exclusivo do mercado, ou seja, este irá, *a posteriori*, comunicar ao produtor a aceitação de seu produto.

A anarquia da produção poderá, em determinado momento, afetar todo o processo de reprodução, pois os desequilíbrios verificados em mercados específicos tendem a se alastrar, abalando a economia como um todo. Somada à contradição produção-consumo a anarquia da produção contribui enormemente para o desencadeamento da crise de sobreprodução.

Estudamos até aqui as causas originárias da crise que se situam nas próprias relações de produção capitalistas. Vamos, a seguir, tentar relacionar esse fenômeno com a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista.

produto, e que o mal-estar seria remediado logo que recebesse parte maior, com aumento dos salários, bastará então observar que as crises são sempre preparadas justamente por um período em que os salários geralmente sobem e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva participação maior na fração do produto anual destinada ao consumo. Esse período, de acordo com o ponto de vista desses cavaleiros do simples (!) bom senso, teria, ao contrário, de afastar as crises. A produção capitalista patenteia-se portanto independente da boa ou má vontade dos homens, implicando condições que permitem aquela relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente e como sinal prenunciador de uma crise. (O Capital, II, 439)

3.5. A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

A lei tendencial da queda da taxa de lucro deve ser caracterizada como o elemento catalisador e o resultado do conjunto das contradições do sistema capitalista. A taxa de lucro não concentra apenas relações econômicas e tecnológicas mas é, antes de tudo, a síntese da luta de classes (entre capital e trabalho, entre frações de capital situado no mesmo ramo e entre as frações produtivas, de circulação e financeira do capital).

A lei tendencial deve ser entendida como a resultante do processo de luta econômica, política e ideológica que permeia o processo produtivo e o de realização da mais-valia. Isso significa que essa lei está contida nas contradições da produção e realização do valor e é a expressão final da lei do valor, da qual se deriva.

A lei do valor não é uma mera expressão técnica ou econômica. Ela é fruto de relações que envolvem tanto o desenvolvimento das forças produtivas, quanto as relações sociais em que o processo de produção e distribuição do valor e da mais-valia implicam. É o ponto que unifica crise econômica com a dimensão política dessa crise, na medida em que a queda tendencial recebe a todo momento reações estratégicas e fatores contratendentes à sua ocorrência por parte do capital.

Esta lei demonstra que quanto mais o capitalismo se

desenvolve, mais decresce a taxa média de lucro. A questão que temos que tentar responder é porque decresce necessariamente a taxa de lucro.

Ao estudar as leis da acumulação capitalista, Marx percebe que o desenvolvimento desta conduz a um decréscimo constante (e relativo) do capital variável. A mesma quantidade de trabalhadores movimenta, põe em ação, um montante cada vez maior de máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc. Ou seja, a composição orgânica do capital, que é a relação existente entre o valor do capital constante e o valor do capital variável, tende, em média, a elevar-se em todos os ramos de produção, ou pelo menos nos mais decisivos.

Essa tendência à elevação da composição orgânica do capital leva à queda da taxa de lucro porque o trabalho vivo, que é a fonte de produção de valor, tende a ser substituído pelo trabalho morto, que apenas transfere o valor existente nos meios de produção às mercadorias. Dessa forma, mesmo havendo uma elevação da massa de mais-valia produzida, a relação entre o capital investido e a mais-valia obtida desfavorecerá cada vez mais àquele.

Ao decréscimo relativo do capital variável corresponde um decréscimo igual da parte não paga do trabalho ou uma diminuição da massa de mais-valia em relação ao capital total:

Em outras palavras, parte alíquota cada vez menor de todo capital desembolsado se transforma em trabalho vivo e a totalidade desse capital suga, portanto, relativamente à magnitude, quantidade cada vez menor de trabalho exceden-

te, embora ao mesmo tempo possa aumentar a parte não paga em relação à parte paga do trabalho aplicado.
(Marx, 1982, 247)

O processo descrito acima consiste na queda tendencial da taxa de lucro. Vejamos mais de perto como funciona isto:

$$Q = \frac{C}{V} ; e = \frac{M}{V} ; p' = \frac{M}{C + V}$$

Q = composição orgânica do capital

C = capital constante

V = capital variável

M = mais-valia

e = taxa de mais-valia

p' = taxa de lucro

Se dividirmos os dois termos da taxa de lucro pelo capital variável teremos:

$$p' = \frac{\frac{M}{V}}{\frac{C}{V} + \frac{V}{V}} = \frac{e}{\frac{C}{V} + 1}$$

Fica claro, aqui, que a taxa de lucro é função direta da taxa de mais-valia e função inversa da composição orgânica do capital. Logo, para certo nível de e, p' vai variar em função do comportamento de C/V; quanto mais este aumenta, mais cai a taxa de lucro.

A lei tendencial da queda da taxa de lucro não descarta a

possibilidade de aumento da massa de trabalho excedente, da massa de mais-valia:

A queda da taxa de lucro advém não de decréscimo absoluto e sim de decréscimo relativo da parte variável do capital global, do decréscimo dela em relação à parte constante (ibidem, 248)

Quando Marx fala de decréscimo relativo, ele está se referindo à massa de trabalho em geral, especialmente da massa de mais-valia, quanto ao número de trabalhadores da ativa. A massa de mais-valia pode aumentar, e normalmente aumenta, porém o faz em proporção ao aumento do capital global. Da mesma forma, se mantém ou aumenta o número de trabalhadores explorados, porém o valor de seus salários (ou capital variável) decresce relativamente ao capital constante. Como diz Marx, no capitalismo, "isto é mais que uma *possibilidade*, é uma *necessidade*, se abstrairmos das flutuações temporárias" (ibidem, 249) (grifos de Marx).

O progresso da acumulação capitalista, com a alta produtividade do trabalho que o acompanha, leva a uma acumulação crescente de capitais, e à expropriação cada vez maior daqueles trabalhadores que produzem direta ou indiretamente. Por isso, o fato de existirem capitalistas que exploram um número crescente de trabalhadores e se apoderam de uma massa cada vez maior de lucro, não é incompatível com a simultânea queda da taxa de lucro.

Marx constata que do ponto de vista do capital individual, ou de uma parte alíquota do capital social, o

decréscimo relativo da taxa de lucro provocado pelo decréscimo relativo da parte variável do capital, pode coincidir com o seu decréscimo absoluto (op. cit. 252).

Todavia, as mesmas causas que provocam a diminuição absoluta da mais-valia expropriada por certo capital individual, levam à elevação da massa de mais-valia ou lucro obtido pelo capital social global. Marx resolve esta aparente contradição da seguinte forma: o decréscimo da taxa de lucro coincide com o decréscimo da massa de lucro para determinada parte alíquota do capital, exatamente porque este possui uma magnitude constante. Já o capital social é uma grandeza variável que cresce freqüentemente para compensar a diminuição relativa do capital variável. Para se apropriar da mesma quantidade de trabalho excedente o capital social global necessita de uma massa cada vez maior.

Surge a esta altura mais uma contradição. O decréscimo relativo do capital variável a que leva o desenvolvimento da produção capitalista, aumenta a possibilidade do excesso relativo do número de trabalhadores. Isto só seria evitado se o capital global crescesse pelo menos na proporção em que o variável diminuísse. "(...) no regime capitalista, a produtividade ascendente do trabalho produz necessariamente, com caráter de permanência, uma superpopulação aparente de trabalhadores" (ibidem, 255).

O desenvolvimento crescente da produtividade leva a uma baixa no preço de cada mercadoria, isoladamente, em função de cada

uma delas encerrar menos trabalho vivo e meios de produção. A parte não paga do trabalho contido em cada mercadoria, mesmo aumentando em relação à parte paga, diminui em termos absolutos. Em cada mercadoria há um decréscimo do trabalho vivo e um acréscimo relativo daquela parte do preço da mercadoria que corresponde a matérias-primas, desgaste do capital fixo, etc. Segundo Marx, esta é a forma através da qual se manifesta o decréscimo relativo do capital variável no preço de cada mercadoria (259).

Contudo, a taxa de lucro deve ser calculada não em relação à mercadoria isoladamente considerada mas sim em relação a todo o capital empregado durante um ano. Somente quando o capital rodado no período de um ano coincidir com o capital total, é que a taxa de lucro calculada com base na mercadoria isolada é idêntica àquela calculada com base no capital total.

A elevação da produtividade do trabalho diminui o preço de cada mercadoria, pois ela passa a conter menos trabalho, seja pago ou não pago. Porém, a queda pura e simples do preço de cada mercadoria não é suficiente para que se tire qualquer conclusão a respeito das oscilações da taxa de lucro.

Marx lembra que esta última depende da magnitude do capital que foi empregado na produção da mercadoria. A queda do preço de cada mercadoria, simultaneamente à elevação da massa de lucro em função do maior número de mercadorias mais baratas, reflete apenas a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Mas a lei tendencial da queda da taxa de lucro não se

desenvolve de forma absoluta. As causas que a provocam estão em permanente interação com fatores que estorvam o seu livre funcionamento. Razão pela qual a queda é apenas tendencial.

Os estudos de Marx a respeito da lei são divididos em três capítulos do livro III de *O Capital*. No capítulo XIII é analisada a natureza da lei; no XIV são desenvolvidas as contratendências e, no capítulo XV, são enfocados os efeitos recíprocos de tendências e contratendências, com vistas a uma maior aproximação da realidade de funcionamento do capitalismo. A respeito das contratendências, no início do capítulo XIV temos um parágrafo extremamente elucidativo do caráter que as mesmas possuem na explicação das crises:

Quando observamos o enorme desenvolvimento da produtividade do trabalho social, mesmo que seja apenas nos últimos trinta anos, comparando este período com todos os anteriores, quando sobretudo consideramos a massa gigantesca de capital fixo que, além das máquinas propriamente ditas, entra em todo o processo social de produção, vemos que a dificuldade com que se tem entretido até agora os economistas, a de explicar a queda da taxa de lucro, se transmuta na dificuldade inversa, a de explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida. Devem estar em jogo fatores adversos que anulam o efeito da lei geral, conferindo-lhes apenas o caráter de tendência. Por isso, demos à baixa da taxa geral lucro a qualificação de tendência à baixa (op. cit., 266).

O aumento do grau de exploração da força de trabalho é um importante elemento de contraposição à lei. Pode-se aumentar o grau de exploração do trabalhador, principalmente através do prolongamento da jornada e pelo aumento da intensidade do trabalho.

A maioria dos métodos utilizados para extração da mais-valia relativa implicam em aumento do capital constante em relação ao variável, o que significa queda da taxa de lucro. Já o prolongamento da jornada de trabalho, aumenta a massa de mais-valia sem alterar a relação entre o capital constante e o variável ou, inclusive, diminuindo-a relativamente.

Marx demonstra que, em suma, os métodos utilizados para extração de mais-valia relativa se resumem em empregar a quantidade menor possível de trabalho em relação ao capital investido. Com a mesma magnitude de capital total eleva-se o grau de exploração do trabalhador, porém passa-se a explorar uma quantidade inferior de trabalho. Diz:

Há aí tendências opostas que simultaneamente atuam no sentido de elevar a taxa de mais-valia e de baixar a massa de mais-valia e por conseguinte a taxa de lucro, correspondentes a dado capital (ibidem, 267)

A massa de mais-valia produzida por determinado capital, depende da magnitude absoluta do capital variável e da taxa de mais-valia. A questão é que, em geral, os mesmos métodos utilizados para elevar a taxa de mais-valia relativa diminuem a massa da força de trabalho.

O aumento da taxa de mais-valia, principalmente quando não se altera, absoluta ou relativamente, a relação entre o capital variável e o constante, influencia a massa de trabalho excedente e, logo, a taxa de lucro. Porém, como assinala Marx, as mesmas causas

da elevação da taxa de mais-valia, contribuem para a diminuição da força de trabalho empregada em determinado capital, levando assim à queda da taxa de lucro.

Marx também inclui o achatamento do salário abaixo do valor da força de trabalho, como um importante recurso utilizado pela burguesia para deter a queda da taxa de lucro, sempre que a correlação de forças na luta de classes assim o permite. Em períodos de crises, situação em que cresce o exército industrial de reserva, a redução dos salários é imposta aos trabalhadores, que têm que engolir também os apelos da propaganda oficial de que se trata de um "dever patriótico" a aceitação da redução salarial. Ou seja, o *arrocho* de salários surge, do ponto de vista ideológico, como condição *sine qua non* para a saída da crise.

Cabe aqui um breve parêntese, a respeito do fenômeno inflacionário enquanto importante mecanismo de exploração extra sobre o trabalhador, muito utilizado, especialmente nos países periféricos. Ao pagar pelas mercadorias que consome, um preço acima do valor desta, o trabalhador sofre uma depreciação do seu salário real, transferindo renda para a burguesia, que obtém assim uma espécie de *lucratividade extra*. A inflação pode ocorrer em função de uma série de fatores. Ela pode ser resultado de um ritmo de crescimento da demanda superior à oferta; do déficit público que força o governo a emitir moeda ou títulos, gerando um excesso de liquidez na economia, etc. Aqui nos interessa particularmente a inflação decorrente da capacidade dos oligopólios elevarem seus

preços mesmo em uma situação onde a demanda é menor que a oferta.

Através da inflação administrada, os oligopólios conseguem manter sua taxa de lucratividade em plena recessão, ou seja, queda da demanda e elevação de preços surgem combinados gerando o fenômeno denominado de *estagflação*. A história da América Latina na década de 80 foi marcada por este fenômeno. A região sofreu uma queda brutal do seu PIB (Produto Interno Bruto) ao longo da década e, no mesmo período, apresentou taxas inflacionárias elevadíssimas que, no caso de alguns países como Chile, Argentina e Bolívia, converteram-se em processos hiperinflacionários.

A inflação é, em última análise, a expressão da luta pela apropriação da riqueza produzida. Seja entre as frações da própria burguesia, onde os grupos mais poderosos, em regra ligados aos setores mais dinâmicos da economia, se apoderam da maior parte da mais-valia produzida. Seja entre trabalho e capital, onde este se apropria, além do trabalho excedente, de uma parcela do trabalho necessário na jornada. O Brasil, principalmente nos últimos 25 anos, tem sido uma riquíssima ilustração deste último fenômeno. Houve um processo tão grande de concentração da renda, que o capital já se apropria de quase 70% da riqueza, como apontam inúmeros dados, inclusive os oficiais. É, talvez, o pior perfil de distribuição de renda do mundo neste momento. Como consequência, os indicadores sociais têm apresentado estatísticas estarrecedoras na área de saúde, moradia e alimentação, que

comprovam a crescente deterioração das condições de vida da população assalariada. Por tudo isso, o Brasil pode ser considerado um modelo para aquilo que Marx chamou de lei geral da acumulação capitalista, isto é, a riqueza crescente de um lado e a pobreza cada vez maior de outro.

Mas, como já assinalamos anteriormente, Marx apenas mencionou este fator contratendencial, sem analisá-lo mais detidamente, em função do nível geral e abstrato em que está tratando o assunto.

A baixa dos preços dos elementos do capital constante é também um fator que atua incessantemente contra a lei tendencial.

Marx a resume assim:

[...], o mesmo desenvolvimento que aumenta a quantidade de capital constante em relação ao variável, diminui o valor de seus elementos, em virtude da produtividade aumentada do trabalho, e por isso impede que o valor do capital constante, embora crescendo sem cessar, cresça na mesma proporção do volume material, isto é, do volume dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho (ibidem, 271).

Ou seja, o valor do capital constante aumenta num ritmo menor que o crescimento do seu volume físico, material. Isso ocorre em função das máquinas também se beneficiarem do avanço da produtividade do trabalho. Esta possibilita que um mesmo valor de capital constante se apresente numa quantidade maior de meios de produção, o que contribui para desacelerar a queda da taxa de lucro.

Ocasionalmente pode haver, inclusive, uma redução da composição orgânica do capital em função de um determinado ganho de produtividade no setor de fabricação de máquinas, superior ao do setor de bens de consumo. Neste caso haveria, então, um aumento da taxa de lucro.

A diminuição do tempo de rotação do capital, apesar de não ter sido elencado por Marx, também atrapalha o funcionamento da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Conforme os esquemas de reprodução um período de produção dura um ano inteiro. Ao final do período, tanto os produtos de consumo individual quanto os de consumo produtivo são utilizados para a reprodução ampliada do próximo processo produtivo. O tempo de trabalho é igual ao tempo de produção e não existe um período de circulação. Além disso, a duração do período de produção é idêntica em todos os setores da produção e estes têm uma rotação de capital por ano.

É evidente que todas essas hipóteses servem apenas como uma simplificação da realidade, para melhor entendê-la. O tempo de trabalho não coincide com o tempo de produção; é necessário haver um tempo para a circulação; e, finalmente, o tempo de rotação varia conforme o ramo produtivo.

O efeito da rotação do capital sobre a taxa de lucro pode ser resumido da seguinte maneira: em função do tempo necessário para a rotação, apenas uma parte do capital pode ser empregado produtivamente, isto é, apenas uma parte pode gerar mais-valia. Isto significa que uma parcela do capital se encontra

permanentemente improdutivo, seja na forma de capital dinheiro, capital mercadoria ou capital produtivo. Quanto maior for a parcela do capital improdutivo menor será a parte do capital ativo que cria e apropria mais-valia. A diminuição do tempo de rotação faz decrescer a parte do capital improdutivo em relação à totalidade do capital, aumentando a mais-valia produzida.

A redução do tempo de rotação implica na diminuição do tempo de produção e do tempo de trabalho nas duas seções da produção. O principal meio de encurtamento do tempo de produção é o aumento da produtividade, ao passo que a diminuição do tempo de circulação implica principalmente na melhoria do sistema de comunicação e transporte.

Relacionada como elemento contratendencial, a superpopulação relativa de trabalhadores também está intimamente ligada ao avanço da produtividade do trabalho. Ela retarda a subordinação do trabalho ao capital em alguns ramos, em função do barateamento do grande número de trabalhadores ociosos, e também pela resistência demonstrada por vários ramos à mecanização. Além disso surgem indústrias que, baseadas na utilização desta superpopulação relativa, possuem ampla predominância de capital variável. Estes casos apresentam capital variável numa proporção bastante significativa e possuem um salário inferior à média, levando a que ostentem tanto uma massa quanto uma taxa de mais-valia extremamente elevada. Como a taxa geral de lucro é uma média das taxas de diversos ramos, a superpopulação relativa, por

possibilita a existência dos ramos com alta proporção de capital variável, torna-se um importante instrumento contra a tendência à queda da taxa de lucro. Porém, também nestes novos ramos há uma tendência a elevar-se a composição orgânica do capital, o que acaba por anular o referido efeito.

É importante registrar que a liberação de trabalhadores a que aqui estamos nos referindo, nada tem a ver com a liberação de trabalhadores decorrente do surgimento e aperfeiçoamento de máquinas. Este último é um fenômeno de natureza essencialmente técnica, comum a todos os modos de produção. O maior crescimento dos meios de produção em proporção ao uso da força de trabalho não é, realmente, peculiaridade do capitalismo. A base de todo progresso técnico é o aumento da produtividade do trabalho, significando portanto, que a quantidade necessária deste diminui para determinado montante de produção. Do que estamos tratando aqui, contudo, é da superpopulação decorrente do aumento da composição orgânica, isto é, da relação C/V , uma relação que essencialmente diz respeito ao valor do capital constante e do capital variável. É óbvio que os dois elementos estão intimamente relacionados, porém são coisas distintas.

O comércio exterior figura como um dos mais importantes fatores de contra-arrestação da lei da taxa de lucro. Em primeiro lugar, através da compra de alimentos mais baratos no exterior que possibilitam a diminuição do valor da força de trabalho. Em segundo, através da compra de matérias-primas igualmente mais

baratas, que provoca um conseqüente barateamento dos componentes do capital constante. Nos dois casos a taxa de lucro aumenta. Isto explica, em boa parte, porque historicamente o capitalismo sempre procurou dominar as fontes mundiais de matérias-primas, utilizando-se para isso de todos os recursos possíveis, inclusive o da guerra.

Um outro fenômeno do comércio exterior que se opõe à queda da taxa de lucro, é a desigualdade de valor nas mercadorias trocadas entre os países, embora seus respectivos preços possam ser iguais. Através desta desigualdade, o comércio mundial possibilita que os países desenvolvidos se apropriem de uma parcela da mais-valia produzida nos países subdesenvolvidos.

A exportação de capital, por sua vez, característica fundamental da fase imperialista do capitalismo, também tem servido para deter a queda da taxa de lucro, ao garantir uma valorização superior àquela que obteria no país de origem. A taxa geral de lucro se forma com base na média das taxas de lucro dos diversos ramos de produção. Os ramos que possuem capitais investidos no comércio exterior, ao obterem uma taxa de lucro superior, elevam a taxa geral, opondo-se à sua queda.

Mas a eficácia da exportação de capital para deter a taxa de lucro tem os seus limites. A exportação de capital para países economicamente mais atrasados, com o decorrer do tempo, acaba saturando de capital estes países também, diminuindo os efeitos da exportação de capital no sentido de evitar a queda da taxa de

lucro.

Os aumentos de produtividade, ao baratear o valor das mercadorias, são um fator fundamental de contratendência à queda da taxa de lucro. Principalmente ao diminuir o valor das mercadorias que entram na determinação do valor da força de trabalho, diminuindo assim o tempo de trabalho socialmente necessário e, conseqüentemente, elevando a taxa de mais-valia.

Entretanto, o uso da elevação da taxa de mais-valia como compensação dos efeitos crescentes da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro tem seus limites também. Como pudemos verificar, a taxa de lucro é função direta da taxa de mais-valia e função inversa da composição orgânica do capital. Esta, por sua vez, tende a aumentar ininterruptamente, à medida em que se desenvolve o capitalismo.

Claro está que isso, por si só, não significa a queda da taxa de lucro. Apenas demonstra que, na hipótese do aumento crescente da composição orgânica do capital, existem limites objetivos à compensação da queda da taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia.

Contudo, o aumento da taxa de mais-valia, na medida em que significa uma diminuição relativa da parcela do valor dispendida no pagamento da força de trabalho, representa também sérios problemas à realização da produção social. É óbvio que nas relações econômicas concretas, muito antes do v da taxa de mais-valia chegar a zero, o sistema já teria entrado em uma

fantástica crise de realização, decorrente da falta de consumidores das mercadorias produzidas⁷.

Mas os aumentos da produtividade social não atuam como fator contra-arrestante apenas através da taxa de mais valia. Eles atuam também via barateamento dos elementos do capital constante, como vimos, freando um pouco a elevação da composição orgânica do capital.

Cabe aqui uma ressalva. Todo o grupo de contratendências irá depender das possibilidades dos resultados obtidos pela produtividade serem realizados. Ou seja, de como evolui a relação entre a produção e a procura global. Se começarem a surgir dificuldades à realização, as contratendências tornam-se menos eficazes e recrudescem as forças que levam à queda da taxa de lucro. Marx é bem claro em relação a isso :

Não são idênticas as condições da exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas, a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta, e sim condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos (ibidem, 281).

O enfraquecimento dos fatores contratendentes significa

(7) Voltaremos a esse assunto mais adiante.

que a acumulação sofreu um estancamento. O capital está valorizando-se a níveis muito baixos ou deixou de valorizar-se. Atinge-se uma época de crise. A continuação do processo exige a retomada das "condições normais" de valorização. A crise, de forma violenta, vêm repor tais condições. Todas as contratendências saem a campo para evitar ou deter a baixa da taxa de lucro : o capital fixo é depreciado, caem os salários, eleva-se o grau de exploração, aumenta o desemprego, etc.

Assim, a crise desempenha o papel de uma contratendência global à baixa da taxa de lucro, através da reposição das condições de valorização, tornando possível a continuidade do processo de reprodução.

Não se pode depreender dos escritos de Marx uma concepção de "colapso do capitalismo", como se a taxa de lucro fosse caindo gradual e inevitavelmente até a queda final do sistema. Em Marx, a crise surge exatamente para eliminar temporariamente os efeitos da lei tendencial e garantir o sagrado lucro da produção capitalista.

A crise desvaloriza o capital global, especialmente o capital fixo, reduzindo a composição orgânica do capital ou pelo menos diminuindo o seu crescimento. Além disso, ela aumenta o exército industrial de reserva, o que possibilita a elevação da taxa de exploração. A crise interfere, portanto, exatamente nos dois principais fatores que formam a taxa de lucro, recriando assim as condições de valorização do capital.

A lei tendencial da queda da taxa de lucro não é uma

unanimidade, dentro e fora do marxismo. Vários autores discordaram de alguns aspectos da lei tal qual ela foi demonstrada por Marx; muitos discordaram, inclusive, da existência da própria lei. Para os nossos objetivos, vamos nos deter apenas nas críticas elaboradas por Paul Sweezy e Joan Robinson, que tocaram nas questões principais, com o inegável brilhantismo que sempre os caracterizou.

3.6. CRÍTICAS À LEI TENDENCIAL : SWEEZY E ROBINSON

A análise de Paul Sweezy⁸ divide o desenvolvimento da economia capitalista em dois estágios diferentes, o que ele chama de capitalismo concorrencial e capitalismo monopolista. Na primeira fase, que vai do início do século XVIII até pouco mais da metade do século XIX, a lei da queda tendencial seria plenamente verificável e seria causa inegável das crises. Apesar de negar a validade da hipótese da taxa de mais-valia constante⁹ e defender a possibilidade dos aumentos da taxa de mais valia compensarem qualquer elevação da composição orgânica do capital admite que, no período concorrencial, a composição orgânica aumenta muito mais, levando à queda da taxa de lucro. Durante esse período o capitalismo se caracterizaria pela passagem da manufatura para a maquinofatura, isto é, o processo de substituição de homens por máquinas, que teria levado a uma forte elevação da composição orgânica do capital. Mesmo a alta da taxa de mais-valia detectada no período não teria sido suficiente para compensar o aumento da composição orgânica, levando à queda da taxa de lucro.

(8) A posição de Paul Baran é essencialmente a mesma de Sweezy. Não faremos referência a Baran, contudo, pois a bibliografia na qual nos baseamos é de autoria exclusiva de Sweezy.

(9) "Pareceria, portanto, que Marx não estava certo, mesmo em termos de seu próprio sistema teórico, ao supor uma taxa de mais-valia constante simultaneamente a uma crescente composição orgânica do capital" (Sweezy, 1985, 89).

A partir da segunda metade do século XIX, no entanto, no chamado capitalismo monopolista, já não se trata mais de substituir homens por máquinas, mas de substituir máquinas e processos menos produtivos por máquinas e processos mais produtivos. Nesta etapa não teria validade qualquer explicação da dinâmica capitalista com base na queda tendencial da taxa de lucro, em razão de não existir mais uma tendência para a elevação da composição orgânica do capital. Não se poderia, *a priori*, definir a ocorrência da elevação da composição orgânica e da queda da taxa de lucro, já que não se pode prever os rumos do desenvolvimento tecnológico.

Segundo o autor, ao contrário do capitalismo concorrencial, no capitalismo monopolista, em decorrência de uma grande rigidez na descida dos preços, a concorrência se dá basicamente através da redução do custo de produção. É a noção das "capital saving innovations" (inovações poupadoras de capital), neutralizando os efeitos da lei tendencial da queda da taxa de lucro.

As empresas com menores custos, dado um determinado preço, possuiriam inegáveis vantagens em relação aos concorrentes, facilitando a compra de suas mercadorias, por exemplo, e conseqüentemente podendo vender mais. Em função disso, Sweezy propõe para o período monopolista a substituição da lei tendencial da taxa de lucro pela lei da elevação do excedente, uma espécie de diferencial entre o custo de produção social e o custo de produção individual. Tal excedente, contudo, não teria realização garantida

em função da limitação do consumo da sociedade. O montante global dos lucros, para Sweezy, são apenas lucros potenciais, dependentes da possibilidade de realização do produto global da sociedade.

As críticas da economista Joan Robinson à lei da taxa de lucro formulada por Marx são muito semelhantes às de Sweezy. Afirma que:

A lei da queda tendencial da taxa de lucro, em Marx, é então uma simples tautologia : se a taxa de exploração é constante, a taxa de lucro baixa quando o capital por trabalhador aumenta. Essa proposição apresenta uma forte contradição com o restante da demonstração de Marx. Pois se a taxa de exploração tende a se manter num nível constante, os salários reais tenderão a se elevar quando aumentar a produtividade. A força de trabalho receberá uma proporção constante de um todo em elevação. Marx só pode demonstrar uma queda tendencial dos lucros abandonando sua argumentação habitual de uma tendência dos salários reais a se manterem em um nível constante. Ele parece ter negligenciado esse ilógismo, pois não faz nenhuma menção à tendência de elevação dos salários reais implícita na sua teoria da taxa dos lucros, quando ele estuda essa lei (Robinson apud Mântega, 1978, 34).

Para Robinson, apesar de Marx levar em conta a possibilidade do aumento da taxa de mais-valia nas causas contra-arrestantes da lei, a eficácia que o autor teria atribuído à mesma seria limitada, isto é, não seria suficiente para eliminar a lei da queda tendencial. Para a autora isto é um erro do autor de *O Capital* e afirma que a elevação da taxa de mais-valia decorrente de ganhos de produtividade é ilimitada, já que um dos seus limites seria também a produtividade.

A autora tenta demonstrar que a lei baseia-se em

hipóteses contraditórias com o próprio esquema teórico marxista. Não existe, para Robinson, qualquer relação entre progresso técnico e queda da taxa de lucro. Esta última só poderia ter origem nas crescentes dificuldades de realização, isto é, nas *deficiências da procura efetiva*.

Uma análise mais pormenorizada das críticas de Sweezy e Robinson, e de outros autores de menor relevância, vai demonstrar que elas se baseiam em três questões fundamentais :

a) existe contradição entre a hipótese de taxa de mais-valia constante e a tendência de manutenção do salário real, supostamente estabelecida por Marx.

b) a elevação da taxa de mais-valia, decorrente dos aumentos de produtividade, pode compensar quaisquer acréscimos da composição orgânica do capital.

c) a hipótese da composição orgânica crescente é equivocada.

Em relação ao primeiro aspecto, a contradição entre a tendência para a manutenção do salário real e uma taxa constante de exploração, podemos afirmar que tal contradição é inegável. O problema é que, ao que tudo indica, Marx não formulou nenhuma das tendências. Marx inicia trabalhando com a hipótese de taxa de mais-valia constante em sua análise da lei da taxa de lucro; em

seguida, a substitui pela hipótese de uma taxa variável. Um recurso metodológico largamente utilizado nas ciências sociais e pelo próprio Marx em várias passagens de *O Capital* e em outras obras. Isso parece ficar evidenciado na análise do conjunto dos escritos do autor a respeito da lei tendencial, mesmo que algumas passagens não sejam assim tão claras.

A utilização, portanto, em termos provisórios e localizados, de uma taxa de mais-valia constante, é plenamente legítima no estudo da taxa de lucro, principalmente se levarmos em conta que Marx objetivava estudar os efeitos da elevação da composição orgânica do capital sobre aquela.

A hipótese dos salários reais constantes também não foi suposta por Marx, como quer Robinson. Toda a análise de Marx, aliás, sobre o valor da força de trabalho e a respeito das determinações dos níveis de salário vai contra uma hipótese de salário real constante. Os salários reais, para Marx, podem crescer com os aumentos da produtividade do trabalho, só que a um ritmo inferior a este, o que conduz à elevação da taxa de mais-valia.

Um segundo aspecto levantado se refere ao fato de Marx colocar a taxa de mais-valia como algo finito, insuficiente (sem dúvida, a maior parte das críticas está direcionada a esta idéia). Para os críticos, quaisquer acréscimos da composição orgânica do capital podem ser compensados pela elevação da taxa de mais-valia.

Este é um assunto extremamente controvertido que, obviamente, não pretendemos esgotar aqui, nem com ele gastar muitas

linhas deste trabalho. Guido Mantega, em seu excelente artigo sobre a lei da queda tendencial, desenvolveu a crítica dessa visão, demonstrando bem que se a formulação de Marx apresenta problemas e imprecisões, também as críticas dos *reformuladores* da lei têm suas precariedades, não estando, portanto, isentas de correções.

A taxa de mais-valia (M/V) representa a proporção entre o trabalho excedente e o trabalho necessário. Com o aumento da produtividade naqueles setores que produzem os bens que definem o valor de força de trabalho, ocorre um aumento do trabalho excedente. Em uma jornada de 10 horas de trabalho, se todas estas 10 horas fossem trabalho necessário para a reprodução do trabalhador, obviamente a taxa de mais-valia seria nula. Ao contrário, se todas as 10 horas fossem dedicadas ao trabalho excedente, a taxa de mais-valia atingiria o seu ponto máximo, o que, até por aspectos biológicos, é evidentemente impossível.

Nesta última situação, na fórmula M/V, o numerador atinge o seu máximo enquanto o denominador se aproxima de 0. Dessa forma a taxa de mais-valia tenderá ao infinito, para satisfação dos críticos, que assim *comprovam* matematicamente que a taxa de mais-valia pode crescer infinitamente, evitando assim a queda da taxa de lucro. Só que aqui tem que entrar um segundo elemento na análise. Na taxa de lucro o numerador é a massa de mais-valia e esta é produto da taxa de mais-valia vezes o número de trabalhadores empregados. Portanto, justamente enquanto a taxa de mais-valia cresce, diminui o número de trabalhadores. Mantega

explicita matematicamente este processo:

*Se M cresce e V tende a zero, $\lim M/V: + \text{infinito } (\infty)$.
Mas como M (massa de mais-valia) = $M/V \times V$, se M/V tende
a infinito e V tende a zero, $\lim M = 0$ pois $M = \infty \times$
 $0 = 0$ (op. cit., 44).*

A questão fica ainda mais clara se pensarmos que o limite da parte não paga da jornada de trabalho é exatamente esta última, ou seja, o número total de horas que compõem a jornada. Esta, por sua vez, possui também limites físicos e sociais, não podendo ser aumentada ilimitadamente. A cada grande desenvolvimento das forças produtivas os aumentos de produtividade do trabalho elevarão a taxa de mais-valia, porém os efeitos sobre a massa de mais-valia serão decrescentes. Aumentos de produtividade significam diminuição de horas totais trabalhadas, que é um dos elementos determinantes da massa de mais-valia ($M/V \times V$). Fica assim mais claro também que quanto mais desenvolvidas estejam as forças produtivas, menores serão os efeitos dos aumentos da taxa de mais-valia sobre a massa de trabalho excedente. Por isso é que os aumentos da taxa de mais-valia como elemento de contraposição da tendência à queda da taxa de lucro têm os seus limites.

A terceira idéia dos críticos da lei - a de que no capitalismo monopolista não existe tendência à elevação da composição orgânica do capital - é igualmente bastante complicada. O barateamento do capital constante pressupõe uma elevação da produtividade, que significa como vimos, a diminuição do trabalho

incorporado na mercadoria. Ora, as inovações poupadoras de capital são, na verdade, métodos de barateamento do capital constante, obtidos às custas da elevação da produtividade do trabalho no setor de bens de capital. Tais inovações significam inicialmente, portanto, a elevação da composição orgânica do capital do setor I. Quando todo este setor elevar sua produtividade haverá um barateamento geral do capital constante. Do ponto de vista do capital global, as *capital saving innovations* poupam, na verdade, trabalho, pois menos tempo de trabalho será necessário para produção do capital constante. Portanto:

[...] as inovações poupadoras de capital não devem ser levadas em consideração na análise do capital em geral, devendo porém ser computadas na análise do relacionamento entre os setores, como uma das forças que pode retardar a queda da taxa de lucro (ibidem, 46-47).

Esta revisão das críticas à lei tendencial da queda da taxa de lucro, apesar de muito breve e circunscrita às principais, mostra que muitas vezes a convicção com que as mesmas foram defendidas por seus autores não foi suficiente para encobrir suas debilidades. Isso não significa, é evidente, que a análise de Marx nos três capítulos dedicados à lei esteja totalmente clara e livre de ambigüidades. Não esqueçamos que o livro III como um todo ficou apenas rascunhado, tendo sido preparado para publicação por Engels, que chamou a atenção para os problemas que encontrou, como frases inacabadas, contradições na redação, etc. Um dos problemas mais

sérios, talvez, seja a não explicitação, por parte de Marx, das hipóteses simplificadoras subjacentes às conclusões do autor. Isso gerou uma série de mal-entendidos por parte dos críticos que, muitas vezes, elaboraram *correções* à lei que claramente ignoraram tais pressupostos simplificadores e, em decorrência, pecaram pela superficialidade e ingenuidade. As críticas, enquanto tais, em nenhum momento são negativas, muito pelo contrário. O desenvolvimento da ciência em nenhum momento pode prescindir da discordância e do debate, sob pena de ser *fossilizado*. O problema é que uma boa parte das críticas dirigidas à lei da taxa de lucro visou desautorizá-la completamente enquanto elemento explicativo válido da dinâmica da economia capitalista - com o que não concordamos.

3.7. A QUEDA DA TAXA DE LUCRO E A CRISE ECONÔMICA

A busca por aumentos de produtividade não é uma simples escolha do capitalista mas uma imposição do processo de produção, decorrente dos limites da própria procura. Os aumentos da produção possuem limites objetivos localizados no nível de demanda verificado em cada setor da produção. A produção não poderá ser aumentada ininterruptamente pois a certo nível da mesma a oferta excederá à procura, provocando uma diminuição da taxa de lucro.

Neste contexto, aqueles que produzirem nas condições mais favoráveis, ou seja, aqueles que produzirem maior número de mercadorias por unidade de tempo, fatalmente terão vantagens em relação aos demais.

Do ponto de vista de cada capitalista a obtenção de ganhos de produtividade não é apenas um meio de obter sobrelucro através da mais-valia extraordinária, mas um recurso indispensável para manter a própria taxa de lucro.

Aumentos de produtividade significam que uma maior quantidade de meios de produção será movimentada pela mesma força de trabalho, sem que haja qualquer aumento na intensidade do trabalho. Isto significa, na prática, uma diminuição da magnitude de trabalho vivo encerrado em cada mercadoria. Este processo leva a que, por um lado, o número de mercadorias produzidas se eleve e,

por outro, o valor de cada uma dessas mercadorias diminua. Como consequência, para o capitalista realizar o mesmo valor anterior, ele precisa vender mais.

Exatamente aqui a coisa se complica. Se é do interesse de cada capital individual aumentar a produtividade, provocando para isso a redução do trabalho vivo contido em cada mercadoria, este mesmo processo leva a uma diminuição relativa da demanda por bens de consumo ao nível da sociedade como um todo. O resultado disso são os constantes e crescentes embaraços para a realização global das mercadorias. Portanto, a simples manutenção dos níveis da taxa de lucro nos padrões anteriores engendra todo um processo que faz com que o desenvolvimento da produção se choque permanentemente com as bases de realização desta mesma produção. Tudo isso acaba por pressionar para baixo a taxa geral de lucro.

Esta diminuição relativa da procura global poderia, em princípio, ser compensada pelo aumento do nível de investimentos, solucionando assim o problema. Esta saída, no entanto, não é tão simples, visto que o processo é reproduzido em uma escala ainda maior, além de haver a possibilidade de não coincidirem os valores de uso que foram produzidos com aqueles necessários à compensação acima referida.

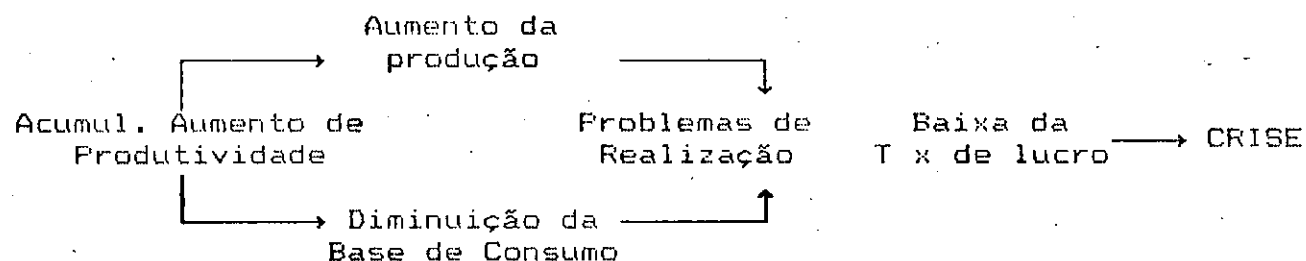
O problema é tanto mais grave quanto mais se aprofunda a tendência para a elevação da composição orgânica do capital. Com esta última, o aumento ou a simples manutenção da taxa de lucro requer um constante aumento da taxa de mais-valia, fazendo com que

se acelere a redução da base de consumo da sociedade.

Em face das crescentes dificuldades de realização, a reação ao nível de cada capital individual, é exatamente a de lutar para obter uma mais-valia extraordinária, o que conduz a um aumento ainda maior da produção. O resultado inevitável de tudo isso é a crise.

Os aumentos de produtividade produzem, desta forma, dois movimentos paralelos e contraditórios: ao nível de cada capital particular eles asseguram o aumento, ou a manutenção da taxa de lucro; ao nível do capital em geral, eles levam à queda da taxa de lucro.

Esquemáticamente o processo pode ser descrito da seguinte forma (cf. Mendonça, op. cit., p.258):



Por isso definimos a crise como uma espécie de contratendência global à queda tendencial da taxa de lucro. Quando as contradições que regem o funcionamento de engrenagem capitalista atingem um certo nível, e as contratendências sofrem um enfraquecimento, surge a crise para restaurar, através da destruição de valor em todas as suas formas, as condições de

valorização do capital.

Quando o desequilíbrio entre produção e procura não pode mais ser amainado pelas contratendências, surge a crise. Em um determinado momento, a contradição produção-consumo - que permeia o processo de produção - acentua os desequilíbrios entre os diferentes ramos e setores, provocando a ruptura e a crise.

Quanto mais cresce a tendência para a elevação da composição orgânica do capital, mais se afirma a queda tendencial e menos eficazes tornam-se as contratendências. Todo este processo desemboca em crises periódicas.

CAPÍTULO IV
Teorias Recentes da Crise

4.1. INTRODUÇÃO

A crise mundial de 1974-1975 refletiu-se profundamente no interior da teoria econômica e, como não podia deixar de ser, no campo do pensamento econômico marxista. O fracasso das explicações keynesianas e neo-clássicas, por um lado, fez com que um crescente número de economistas buscassem em Marx elementos para a formulação de uma teoria mais rica da crise. Uma teoria que extrapolasse os marcos das concepções que se limitavam aos aumentos do petróleo ou aos erros de administração como os únicos causadores da crise.

Por outro lado, a amplitude e a profundidade da crise de 1974-1975, em confronto com a longa fase de prosperidade que a precedeu, onde ficou difícil vislumbrar-se a ação das leis descobertas por Marx, levou a que no campo da teoria marxista se enxergasse a crise privilegiando suas manifestações particulares.

Desta forma, pouca importância foi dada aos traços mais gerais e comuns a outras crises registradas na história do capitalismo. Isso fortaleceu a idéia da insuficiência da teoria marxiana para explicar a crise na sua forma atual, desenvolvendo-se assim várias tentativas de enriquecimento, principalmente através da introdução de elementos que visam explicar o suposto crescimento dos fatores subjetivos na determinação do processo de crise.

Em decorrência disso surgiram dentro da teoria econômica várias concepções de vocação mais ou menos eclética, de negação às supostas ortodoxias, que acabaram misturando elementos da análise marxista, neo-ricardiana, keinesiana e, inclusive, neo-clássica. Simultaneamente, as posições em relação ao desenvolvimento econômico com base nos ciclos longos Kondratiev se fortaleceram. As manifestações típicas das crises de sobreprodução se enfraqueceram no período do pós-guerra, o que, juntamente com outros fatores, levou a que se começasse a subestimar as crises cíclicas de sobreprodução como inerente ao funcionamento do sistema capitalista.

Como consequência, afirmou-se uma tendência de análise da economia capitalista em termos de seu desenvolvimento de longo prazo, com longas fases alternadas de expansão e depressão. Dentre as novas correntes surgidas no bojo deste processo, destacam-se, pela influência que exercem no interior do pensamento econômico inspirado nos postulados marxistas, as chamadas teorias do *profit squeeze* e as da regulação.

A seguir, vamos a um apanhado geral dos principais contornos teóricos destas duas correntes e, posteriormente, tentar tecer alguns comentários críticos a respeito.

4.2. AS TEORIAS DO PROFIT SQUEEZE

No período mais recente, uma nova geração de economistas, principalmente norte-americanos mas também japoneses, belgas e ingleses¹⁰, que se reivindicam marxistas, têm procurado elaborar uma teoria baseada na *profit squeeze hypothesis* (hipótese da compressão do lucro). A proposição essencial desta teoria pode ser assim resumida: no processo de acumulação há uma diminuição do exército de reserva, que provoca um aumento real de salários e, conseqüentemente, uma redução dos lucros. Dessa forma, a elevação do desemprego torna-se uma necessidade para o reestabelecimento da lucratividade normal do capital, o que ocorre em função da queda dos salários reais. A crise é o mecanismo automático, através do qual tal processo ocorre. A hipótese *profit squeeze* é formulada de várias maneiras, que vão desde as mais simples até as que usam complicados modelos matemáticos. Além disso, é aplicada tanto nas análises chamadas de curto prazo, voltadas para a explicação das crises cíclicas, quanto nas análises de mais longo prazo em termos dos ciclos longos de alternância das fases de expansão e recessão.

Estas análises, vale o registro, não negam a existência

(10) Dentre os quais, os mais conhecidos sejam, talvez, Itoh e David Laibman.

de outros elementos explicativos do fenômeno das crises, além da elevação dos salários decorrentes do esgotamento do exército industrial de reserva. Na realidade, a sua particularidade está na ênfase que reservam à luta de classes pela repartição, situando aí o núcleo essencial das crises recorrentes. Esta particularidade, aliás, tem se constituído também numas das críticas dirigidas à teoria da compressão dos lucros¹¹.

Não obstante, as teorias do *profit squeeze* têm sofrido muitas reservas em função de vários de seus aspectos. O primeiro se refere à relação que elas estabelecem entre o processo de acumulação e o exército industrial de reserva. A acumulação, segundo tal crítica, seria abordada apenas do ângulo qualitativo, supondo-se por conseguinte, que um maior investimento se traduz necessariamente por um aumento da procura por força de trabalho e este aumento, por sua vez, implica na diminuição do exército industrial de reserva. As teorias em questão, não levariam em conta a liberação da força de trabalho, relacionada ao progresso técnico e à expansão das relações capitalistas para zonas ou setores onde as formas pré-capitalistas de produção ainda são

(11) Afirma, por exemplo, Lipietz, um conhecido teórico da Escola de Regulação, após analisar uma série de dados estatísticos contestatórios à hipótese *profit squeeze*: "Desta análise depreende-se que a hipótese de *profit squeeze* é desmentida pelos fatos. De fato, a origem da queda da taxa de exploração deve ser procurada na desaceleração dos ganhos de produtividade, certamente ligada à luta de classes, mas à luta de classes na produção (absenteísmo, microconflitos) e não na repartição" (1986, 23).

dominantes. Ou seja, a dualidade do processo de acumulação, onde absorção e liberação da força de trabalho ocorrem simultaneamente, seria totalmente esquecida¹².

Uma outra idéia própria das teorias do *profit squeeze*, também alvo de críticas, é a de que os trabalhadores são os principais responsáveis pela elevação salarial durante a fase final do período de expansão. Os dados mostram que os salários possuem tendência a se elevar, realmente, no transcorrer do processo de acumulação. Contudo, não parece correto atribuir tal elevação ao aumento do poder dos trabalhadores na luta pela divisão do produto social, e muito menos identificar aqui a causa da interrupção do processo de acumulação.

Os salários são fixados antes do início do processo produtivo propriamente dito e nenhum capitalista irá adquirir a força de trabalho se não esperar que com isso poderá obter lucro. A elevação dos salários em um momento em que o exército industrial de reserva se contrai, produz-se porque existe possibilidade de acumular, sendo, nesse caso, um pré-requisito à continuidade da acumulação e não o seu obstáculo.

A luta que se trava entre os capitais produz dois importantes efeitos: o primeiro é a redistribuição entre ramos da

(12) "Aquilo que na teoria marxista é considerado um produto do processo de acumulação - o exército industrial de reserva - é aqui considerado de maneira exógena a este processo, como se fosse um recurso natural cuja progressiva utilização levasse ao seu esgotamento" (Mendonça, 1987, 376).

indústria, através da migração dos capitais para os ramos com taxas de lucro mais elevadas. O segundo é a saída da força de trabalho daqueles setores com salários mais baixos, o que fortalece a centralização do capital.

Esse processo caracteriza o funcionamento do capitalismo e é extremamente necessário à sua própria sobrevivência. Por outro lado, toda e qualquer elevação salarial pode ser compensada pelos aumentos da produtividade, que, aliás, é o que possibilita que as empresas mais eficientes paguem salários mais altos. A associação mecânica entre subida de salário e baixa de lucro é extremamente simplista e desconsidera a questão da produtividade. Através da adoção de técnicas mais modernas no processo produtivo, que posteriormente reduzirão o próprio valor dos bens consumidos pelos trabalhadores, os aumentos reais de salário são plenamente compatíveis com a elevação da taxa de exploração.

Não fosse o avanço do poder de compra dos salários, diga-se de passagem, os fabulosos e inéditos avanços da produtividade obtidos pelo capitalismo em sua *idade de ouro* verificada no pós-guerra não teriam sido possíveis. Se a capacidade de consumo dos trabalhadores não aumentasse ao longo do tempo, as mercadorias produzidas através de melhores técnicas não teriam como ser realizadas.

A *profit squeeze hypothesis* é desmentida pelos próprios fatos. Inúmeros dados comprovam que nos principais países desenvolvidos (Grã-Bretanha, Estados Unidos, antiga Alemanha

Ocidental, França e Japão), a produtividade cresceu acima do salário real nas últimas décadas¹³, demonstrando que a queda da taxa de mais-valia decorreu, nestes casos pelo menos, da desaceleração dos ganhos de produtividade e não dos aumentos reais de salário.

As análises da teoria da compressão dos lucros mostram-se ainda mais inconsistentes se estudadas à luz da evolução concreta da crise capitalista verificada nos últimos anos. Apesar das elevadíssimas taxas de desemprego nos principais países capitalistas, e da permanente queda dos salários reais, não apenas não se verificou um processo de saída da crise nestes países, como, ao que tudo indica, a queda dos salários reais se constitui em enorme obstáculo a uma recuperação, em função do baixo nível de consumo.

A constatação, aliás, a respeito dos indicadores dos principais países capitalistas na década de 80 é a de que aqueles com maior taxa de desemprego e maior deterioração dos níveis reais de salários são justamente os países com pior desempenho em suas taxas de crescimento industrial, produtividade, etc.

Nos países onde a saída adotada foi uma divisão da renda desproporcionalmente favorável ao capital, em detrimento do trabalho, levando a uma ainda maior concentração da riqueza, não se verificou uma retomada significativa dos investimentos. Pelo

(13) Ver a esse respeito Lipietz, op. cit., 23.

contrário, o que se observa é que tanto nos países ricos, através da Alemanha e do Japão, quanto nos menos desenvolvidos, como é o caso dos *tigres asiáticos*, os países que cresceram economicamente ao longo da década foram exatamente aqueles que melhor souberam acionar mecanismos de distribuição de renda. Dentro dos limites, é óbvio, do sistema capitalista.

Contra tudo isso, poderia-se opor o argumento de que o crescimento do exército industrial de reserva e a queda de salários não teriam ainda sido suficientes para reestabelecer as condições adequadas à retomada da produção, necessitando serem aprofundadas ainda mais. Mas, então se poderia indagar, que níveis de desemprego e defasagem salarial propiciariam a saída da crise e quais os limites políticos suportáveis pelo sistema, ao adotar tal método de retomada do crescimento? São questões não respondidas pelos teóricos do achatamento dos lucros e, em decorrência, bastante criticadas atualmente.

4.3. AS TEORIAS DA REGULAÇÃO

Faz parte da Escola Regulacionista uma série de autores renomados, na maioria franceses, como R. Boyer, J. Mistral, B. Coriat, A. Lipietz e outros. Mas o ponto de partida teórico das teorias da regulação, desenvolvidas principalmente na França a partir da segunda metade da década de 70, foi o trabalho *Regulação e Crise do Capitalismo - A Experiência dos Estados Unidos*, de M. Aglietta. Esse trabalho, embora tratando principalmente da economia norte-americana, se propõe a elaborar uma teoria geral de funcionamento da economia capitalista, alternativa, a partir de conceitos marxistas.

As teorias da Regulação se baseiam em dois conceitos fundamentais. Um é o conceito de modo de regulação, definido assim por Lipietz:

É necessário, portanto, que exista uma materialização do regime de acumulação, sob a forma de normas, costumes, leis, mecanismos reguladores, que assegure, através da rotina do comportamento dos agentes em luta uns contra os outros (na luta econômica entre capitalistas e assalariados, na concorrência entre os capitais), a unidade do processo, o respeito aproximativo do esquema de reprodução. Este conjunto de regras interiorizadas e de procedimentos sociais, que incorpora o social nos comportamentos individuais [...], é o que se chama de modo de regulação (1988, 30).

O outro é o conceito de relação salarial definido como o:

[...] conjunto das condições que regem os hábitos e a reprodução da força de trabalho, os procedimentos da organização do processo de trabalho, da hierarquia das qualificações, da mobilidade da força de trabalho, ou ainda da formação e utilização do rendimento salarial (Benassy et alli, apud Mendonça, 385).

a) O conceito de regulação

O conceito de regulação está associado à noção de regularidade no processo de reprodução capitalista, ou seja, ele está vinculado à idéia de ausência da crise, até que novamente se manifestem as contradições do sistema, exigindo o surgimento de novos mecanismos de regulação. Este conceito, ao contrário do que poderiam supor certas conclusões precipitadas, nada tem a ver com regulação do Estado no interior do modo de produção capitalista.

O conceito de regulação encerra um conjunto de idéias que pretende se constituir como uma teoria alternativa ao pensamento neo-clássico¹⁴. No interior da teoria da regulação, o funcionamento geral do sistema é visto como a articulação de ajustes econômicos específicos, que não se reduz a um mero mecanismo global de ajuste do tipo *jogo da oferta e da procura*. Segundo essa concepção, os ajustes econômicos em cada mercado se originam de estruturas específicas dotadas de certa independência.

Além disso, considera-se o âmbito da regulação como sendo

(14) "Uma teoria da regulação social é uma alternativa à teoria do equilíbrio geral" (Aglietta, 1979, 5).

basicamente nacional, assumindo formas que têm relação direta com a história de cada sociedade. Do ponto de vista metodológico, se deveria, portanto:

[...] estudar cada formação social nacional em si, de descobrir nela, com os instrumentos da história, da estatística e até da econometria, a sucessão de seus regimes de acumulação, de seus modos de regulação, e de elaborar a análise concreta de sua expansão e de sua crise, nas quais as relações externas têm maior ou menor importância (Lipietz, op. cit., 35).

Considera-se possível uma determinada regulação ser isolada em cada sociedade, apesar de elementos de diferentes regulações poderem coexistir, especialmente em fase de transição de uma regulação à outra. A definição de um tipo de regulação exige que esta garanta uma evolução mais ou menos estável do sistema e que assegure as estruturas e as formas institucionais. Considera-se que essa estabilidade é relativa, caracterizando-se pela combinação de uma dinâmica *interna* e outra *externa* à regulação, sendo esta última resultante da própria regulação advinda do movimento histórico.

Definem-se ainda, dois tipos de crise de acordo com a sua amplitude: as chamadas crises recorrentes, que significam formas de correção de desajustes acumulados anteriormente e que expressam a continuidade de uma regulação particular; e as grandes crises, consideradas a expressão do esgotamento das formas anteriores da regulação e o período de transição a um outro tipo de regulação,

base de uma nova fase de estabilidade. Enquanto na teoria neo-clássica o funcionamento da economia é reduzido a um conjunto de leis abstratas e eternas, dentro da teoria da regulação estas leis são específicas a cada tipo de regulação e mutáveis como a própria regulação.

b) O conceito de relação salarial

O conceito de relação salarial pode ser explicado através de algumas idéias fundamentais derivadas das idéias sobre a regulação colocadas acima. Segundo a teoria da regulação, em determinada sociedade, seja em que época for, vigora um tipo de relação salarial predominante. Esta relação salarial se combina com diferentes normas salariais, variáveis a depender do ramo da economia, ou mesmo do país ou região. Cada forma de relação salarial - para os *regulacionistas* - encontra-se em perfeita harmonia com a estrutura social e econômica de uma determinada sociedade. É isto que garantiria a estabilidade do processo de reprodução do sistema econômico. A relação salarial pode ser alterada através da luta de classes, que, no entanto, está associada à reprodução como um todo. Diz Lipietz:

O desenvolvimento do capitalismo em cada país é antes de mais nada o resultado das lutas de classes internas, que acabam esboçando regimes de acumulação consolidados por formas de regulação apoiadas no Estado local (ibidem,34).

Esse tipo de análise geralmente distingue dois tipos de

regulação correspondente a duas fases do desenvolvimento capitalista, sendo que a crise da década de 30 constitui o momento de manifestação do esgotamento vivido pelas formas antigas de regulação e, ao mesmo tempo, de afirmação das formas novas que permaneceram até a crise dos anos 70. A década de 70, aliás, também é considerada como um momento de mudança nas formas de regulação que vigoraram durante todo o pós-guerra.

Um terceiro tipo de regulação, identificado como sendo a *antiga*, é também mencionado por alguns autores. Ela seria característica do século XVIII, em um contexto histórico onde o que predominava era uma agricultura pré-capitalista e com baixa produtividade. As crises agrícolas recorrentes levariam à elevação dos preços agrícolas, aumentando o custo de vida, diminuindo o rendimento agrícola e estreitando os mercados para os produtos industriais. Com a conseqüente queda do emprego agrícola e, posteriormente, o industrial, haveria a baixa do salário nominal, aprofundando ainda mais a queda do padrão de vida dos assalariados. As fases de boas colheitas, por sua vez, produziriam resultados opostos. Em economias deste tipo, o custo de vida, por um lado, o emprego e salários, por outro, seriam movimentos com direções opostas. Nesse quadro, prosperidade e queda do nível de preços, crise e elevação do nível de preços seriam fenômenos interligados.

Por estar se tratando de uma economia fundamentalmente agrícola e com grande dependência das condições naturais, a influência dos mecanismos de mercado é praticamente inexistente, o

que explica a forma específica de ajustamentos econômicos vista acima. Nesse tipo de sociedade os mecanismos especificamente capitalistas estariam assim muito pouco desenvolvidos. Esse tipo de regulação teria durado até os finais do século XVIII, sendo que durante o século XIX a Revolução Industrial e o impulso que possibilitou ao capitalismo levariam ao surgimento de mecanismos de regulação especificamente capitalistas.

Até 1929 teria perdurado uma regulação própria ao capitalismo concorrencial, caracterizada por ajustes com base no preço atuando mercado a mercado, por uma relação salarial individual refletindo a pequena capacidade de intervenção das organizações dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, e por uma fraca intervenção do Estado na economia. Mas a crise mundial havida neste ano teria significado o esgotamento deste tipo de regulação. Excepcionais ganhos de produtividade possibilitados pela generalização do *taylorismo* e mesmo do *fordismo* teriam levado a uma crescente incompatibilidade com a relação salarial de tipo individual, pouco eficaz na obtenção de acréscimos salariais. Tal incompatibilidade explicaria a gravidade da crise.

A partir da crise de 29 começaria a impor-se um novo tipo de relação com as seguintes características básicas (Lipietz, 1986, 21): relação salarial coletiva em função da crescente influência das organizações sindicais dos trabalhadores na atividade econômica e política; concorrência oligopolista; forte intervenção do Estado na economia, atuando principalmente sobre a procura. Este tipo de

regulação chamado monopolista, teria possibilitado um período de acumulação intensivo, baseado na produção de mais-valia relativa, aonde coexistiram altas taxas de mais-valia e aumentos de salário real, sendo assim possível garantir a realização da produção social e a manutenção das taxas de lucro.

Contudo, a partir do final dos anos 60, este processo teria começado a se esgotar. Os processos de trabalho com base no *fordismo* e os altos ganhos em produtividade que eles representavam, teriam começado a ser paralisados em função da luta de classes na produção. Isso teria levado à diminuição da rentabilidade do capital, conduzindo à crise (cf. Aglietta, op. cit., 340-41).

A associação dos dois fenômenos, cessamento da produção e crise do *fordismo*, teria atingido o desenvolvimento das relações de troca entre os setores da produção. O setor produtor de meios de produção teria deixado de produzir inovações técnicas que levassem à diminuição do tempo de trabalho direto capaz de contrabalançar a elevação da composição orgânica do capital. Segundo alguns autores, essa seria a causa principal da queda da taxa de lucro na maioria dos países capitalistas desenvolvidos no final dos anos 60.

A crise de 1974-75 seria consequência do esgotamento das formas institucionais e sociais nas quais tinham se baseado o regime da acumulação intensiva do período do pós-guerra. Ela assinalaria o fim da relação salarial típica do *fordismo* que havia possibilitado a convivência entre a dinâmica do sistema produtivo e a evolução da procura social. A crise não seria apenas uma crise

cíclica mas uma crise estrutural: a crise do *Modo de Regulação Monopolista*. Segundo Aglietta:

1...1 a crise do fordismo é, em primeiro lugar, a crise de um modo de organização do trabalho. E se manifesta sobretudo pelo endurecimento da luta de classes na produção. Pondo em questão as condições de trabalho próprias do parcelamento de tarefas e a intensificação do trabalho, essas lutas estabelecem os limites da elevação da taxa de mais-valia específica das relações de produção organizadas nesse tipo de processo de trabalho. Esta é a raiz da crise. Se traduz na detenção da diminuição do custo salarial real, na explosão de conflitos esporádicos e na subversão endêmica da disciplina do trabalho característica do fordismo. Sem dúvida, é evidente que a crise alcança o conjunto das relações de produção e troca e perturba o regime de acumulação intensiva. É possível falar de crise orgânica do capitalismo, sem que isso signifique o desaparecimento imediato do mesmo (Aglietta, op. cit., 139).

Outros autores, situados também no âmbito da teoria da regulação, atribuem a crise à incapacidade dos sistemas nacionais de regulação fazerem frente ao processo de transnacionalização dos capitais e internacionalização dos mercados. Este processo teria se aprofundado a partir da década de 60, gerando, dentre outros, os seguintes fenômenos (Mendonça, op. cit., 392):

- unificação das técnicas no seio dos ramos e destruição parcial dos aparelhos produtivos;

- internacionalização dos ramos e destruição das condições para uma acumulação nacional autônoma;

- transnacionalização do capital e evolução das condições de repartição dos rendimentos cada vez mais para fora do âmbito de alcance das regulações nacionais;
- surgimento de novas contradições quanto aos mercados em função de sua crescente internacionalização;
- grande crescimento da mais-valia devido à integração da força de trabalho dos países de terceiro mundo ao movimento geral do capital, sem um respectivo crescimento dos mercados.

Este último fenômeno, associado ao desemprego existente nos países capitalistas teria agravado as dificuldades de realização, forjando as condições para o surgimento da crise. Assim, a desorganização dos sistemas produtivos de cunho nacional não teria sido eficazmente substituída por uma nova forma de regulação de caráter internacional. A crise verificada tanto nos sistemas de produção nacionais, quanto nas regulações nacionais seriam dessa forma manifestações de uma etapa de adaptação do sistema capitalista internacional às novas condições de transnacionalização do capital.

No que se refere ao fenômeno da inflação, a explicação das teorias da regulação é, como no caso das teorias do *Profit*

Squeeze, associada à teoria do preço de monopólio ou oligopólio. Contudo, no interior delas o fenômeno não aparece como algo ocasional que pudesse ser corrigido através de simples medidas de governo, mas como um fenômeno inerente ao modo de regulação monopolista.

O caráter cumulativo da inflação, sua resistência às recessões e mesmo às crises de 1974-75 ou de 1980-82 seria consequência da passagem da regulação concorrencial para a regulação do tipo monopolista, cujo princípio de ajustamento estaria baseado nos altos ganhos de produtividade, lucros e investimentos.

Nesse tipo de regulação os preços de oligopólio, pressionados por custos crescentes (decorrentes dos aumentos dos preços das matérias-primas, da dificuldade de baixar salários, etc.) somadas a uma administração permissiva da moeda e do crédito, estaria na origem da permanente tendência à elevação dos preços.

A exemplo das teses baseadas no *profit squeeze* as teorias da regulação também fazem a distinção entre as crises conjunturais, que são solucionadas através da aplicação dos mecanismos da regulação em vigor, e as crises estruturais para as quais a saída seria a substituição da própria regulação como um todo. A crise de 1974-75 assinala o auge da manifestação da crise estrutural do capitalismo decorrente do esgotamento da regulação monopolista, ao mesmo tempo em que inicia um processo de afirmação de novos mecanismos de regulação.

Assim, a saída da crise surge em termos de procura de formas institucionais que sejam capazes de refletir o surgimento de um novo princípio de acumulação. Por isso, nas teorias da regulação o fator político na saída da crise é muito enfatizado, o que traduz, de certa forma, uma recusa à idéia de enxergar a atual crise como sintoma de exaustão das relações econômicas capitalistas. Estas últimas poderiam manter sua eficácia, desde que fossem encontradas fórmulas de consenso entre os diversos grupos sociais.

4.4. CRÍTICAS À TEORIA DA REGULAÇÃO

As teorias da regulação se destacam entre as abordagens recentes da crise, tanto por seu enfoque não ortodoxo, quanto pela introdução de novos elementos na discussão do tema. O reconhecimento desse fato, não obstante, não livram ditas teorias das críticas. Estas, podem ser dirigidas ao próprio conceito de regulação, pois este, ao englobar elementos de diversos níveis (econômicos, sociológicos, políticos, institucionais), não define o grau de importância de cada um destes aspectos no processo concreto de regulação. Além disso, o conceito não explicita nitidamente as relações entre as *relações sociais*, as *formas institucionais*,

ou as estruturas.

Os regulacionistas negam o jogo de oferta e da procura como sendo capaz de regular a economia. O problema é que o conceito de regulação, da forma em que é aplicado - adaptação da produção à procura - acaba por privilegiar as forças equilibrantes em prejuízo das forças desequilibrantes. Deste modo, a teoria da regulação, que se apresenta como a soma dos processos que em cada período do desenvolvimento capitalista garantem o equilíbrio, sobrepõe a lógica do equilíbrio à lógica da contradição. A oferta e a procura acabam por ser substituídas por uma série de mecanismos de equilíbrio da economia, cada um correspondendo a um tipo de regulação.

Ainda em relação ao conceito de regulação, Possas dirige a sua crítica à imprecisão do mesmo:

Pensada no contexto da reprodução, ela entretanto não é claramente diferenciada desta última - que, por sua vez, já apresenta suficientes problemas de interpretação a partir de Marx. [...] Ora, se o próprio conceito marxista de reprodução é ambíguo, e se sua dimensão analiticamente mais precisa é a econômica, o que se pode esperar da noção de regulação em termos de rigor analítico, quando seu próprio status teórico permanece insuficientemente esclarecido vis-à-vis o de reprodução, além de assumir expressamente dimensões extra-econômicas?
(1986, 207-208)

No quadro analítico montado pelos teóricos da regulação existem vários capitalismo, a cada um correspondendo um determinado mecanismo de equilíbrio, embora seja chamado de *Modo de*

Regulação. O conjunto de leis gerais que caracterizam o modo de produção capitalista são questionados na prática, na medida em que cada tipo de regulação é regido por um conjunto de leis específicas que garantem o equilíbrio do sistema econômico.

Por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo não é analisado enquanto um processo ininterrupto de aprofundamento das suas contradições, mas como um processo de permanente superação dessas contradições, obtida pela substituição do modo de regulação. Na prática, o que é questionado em cada grande crise é a forma de regulação vigente e não as próprias bases do sistema, isto é, as relações sociais de produção.

Assim considerado, o capitalismo apresenta-se como um sistema sem contradições antagônicas e, portanto, eterno. A luta de classes perde, em conformidade, o seu caráter revolucionador das relações de produção capitalistas para adquirir um estatuto economicista de luta pela repartição, geradora de bloqueamentos, é certo, mais jamais motor de qualquer processo de superação do próprio modo de produção (Mendonça, op. cit., 403).

Uma lei geral de funcionamento do capitalismo que sem dúvida é posta em causa no interior da teoria da regulação é a lei das crises. Da forma em que a dita lei é formulada nesta teoria, a inevitabilidade e necessidade do fenômeno das crises no capitalismo desaparecem.

Se não pairam dúvidas quanto à aceitação do ciclo como inerente à regulação de tipo concorrencial, tal já não ocorre na regulação monopolista. Nesta, com o progresso dos mecanismos de

intervenção, em especial os do Estado, as bases do movimento cíclico na economia teriam desaparecido. Nesse quadro, as crises poderiam ser evitadas ou, pelo menos, seus efeitos poderiam ser consideravelmente reduzidos. Mesmo não tendo sua existência negada, elas passam a ser consideradas fenômenos particulares e não formas de manifestação de uma lei geral de funcionamento do capitalismo.

Não se pode discordar, obviamente, do importantíssimo papel anticíclico exercido pelo Estado no interior do capitalismo monopolista. Não podemos esquecer, todavia, que tal papel tem eficácia limitada pela intensidade e duração da crise, sendo que a partir de determinada altura nada mais, ou muito pouco, poderá ser feito. Além do mais, o represamento das contradições do sistema, realizado durante um certo período de tempo pelo Estado, leva a que as erupções típicas das crises, quando liberadas, surjam com muito mais violência e explosividade¹⁵.

A crise, ao ser concebida como crise do modo de regulação, surge como algo externo à dinâmica do sistema, não pondo em xeque as relações de produção capitalistas, mas apenas os aspectos formais e institucionais das mesmas.

Ao criticar o conceito de relação salarial utilizado pelos teóricos da regulação, Mendonça alega que nele está implícita

(15) A coletânea de artigos de E. Mandel, reunidas no livro *A Crise do Capital: Os Fatos e Sua Interpretação Marxista*, trazem inúmeros dados e exemplos concretos disso que estamos falando.

a negação da condição de mercadoria à força de trabalho. Além disso, afirma, a definição escamoteia o fundamental da força de trabalho, aquilo que realmente a caracteriza: independente das formas institucionais que assuma, ela é objeto de compra e venda, cujas condições são ditadas sempre por fatores objetivos que definem o valor da força de trabalho. Continua Mendonça:

[...] ao descaracterizarem a força de trabalho como mercadoria, ao reduzirem o salário à expressão de relações sociais e políticas, ao privilegiarem as mudanças institucionais em detrimento dos fatores objetivos permanentes, estas análises (aliás em perfeita coerência com o conceito de regulação) estão a abrir caminho para a negação da unicidade do sistema capitalista, para a aceitação de diferentes sistemas econômicos dentro da vigência do capitalismo e, por que não, para a abolição de qualquer necessidade objetiva de superação deste sistema dadas as propriedades que dispõe de autoreestruturação (406).

Tal qual a teoria do *profit squeeze*, no quadro da teoria da regulação o surgimento da crise está associado principalmente ao cessamento dos ganhos de produtividade atribuídos à luta de classes no interior do processo produtivo. Tal cessamento teria contribuído em grande parte para a impossibilidade de se compensar a elevação da composição orgânica do capital, aumentando assim, a tendência para a queda das taxas de lucro e a retração dos investimentos que tal processo acarreta.

A escola da regulação não distingue em suas análises aqueles fatores que concorrem para a variação da produtividade, ligados às modificações técnicas, que aumentam a produção sem

aumento do esforço dos trabalhadores, daqueles que significam um aumento da intensidade do trabalho, portanto, um aumento do esforço que o trabalhador dispense por unidade de tempo.

Isso leva a uma imprecisão conceitual entre produtividade e intensidade do trabalho. Segundo Mendonça, é justamente esta imprecisão no uso destes conceitos que leva a escola da regulação a responsabilizar a luta de classes pelo cessamento dos ganhos de produtividade. De fato, a elevação da produção decorrente do aperfeiçoamento do processo de trabalho, da absorção de melhorias técnicas, da maior qualificação da força de trabalho, é absolutamente indispensável à concorrência capitalista. Ela significa a diminuição do valor individual das mercadorias e a geração de uma mais-valia extraordinária, impulsionando assim o desenvolvimento capitalista. Além disso, é uma necessidade objetiva, impondo-se historicamente sobre a luta de classes, não sendo esta última, portanto, o seu obstáculo.

O aumento da produção com base na intensificação do trabalho, por sua vez, significa um maior dispêndio de energias físicas e intelectuais. A obtenção de um aumento da mais-valia depara-se com uma barreira na própria resistência física dos trabalhadores e, obviamente, encontra por parte destes ferrenha oposição. Oposição esta que, aliás, tem sido um vigoroso estímulo ao progresso técnico, o que possibilitou que aumentos de produtividade caminhassem juntos com diminuição da jornada de trabalho, eliminação do trabalho infantil, melhoria nas condições

gerais de trabalho, etc.

Por conseguinte, quando se atribui a cessação dos ganhos de produtividade à luta de classes, está se confundindo produtividade com intensidade e se está difundindo uma idéia equivocada dos fatores objetivos que alavancam o progresso da produtividade no modo de produção capitalista.

Ainda no campo das críticas, Fossas aponta uma falha que considera crucial no interior das teses regulacionistas: a ausência de mediações conceituais. Segundo o autor, os *regulacionistas* atravessam com muita rapidez o espaço teórico existente entre os conceitos abstratos ligados ao campo da reprodução/regulação e os movimentos da conjuntura. Faltaria abordar toda uma gama de enfoques relacionados à dinâmica capitalista como ciclo econômico, crescimento de longo prazo, movimento internacional do capital, para só então analisar as crises, política econômica e as lutas sociais. Afirma:

Ora, é justamente esse espaço - em poucas palavras, o da compreensão da dinâmica capitalista - que constitui a mediação fundamental de natureza teórica, a ser percorrida a partir de Marx, antes das circunstâncias histórico-concretas, das especificidades nacionais e dos elementos institucionais. E é sobre esse mesmo espaço das mediações teóricas do funcionamento dinâmico da economia capitalista que se têm debruçado os principais economistas teóricos não-ortodoxos do século, de Schumpeter a Keynes e Kalecki (Fossas, op. cit., 206-207).

CAPÍTULO V
Observações Finais

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

O nosso objeto central de estudo foi a teoria marxista sobre as crises, analisada tanto a partir da visão de Marx, quanto na dos marxistas de ontem e de hoje.

De um ponto de vista geral, o objetivo foi o de tentar elaborar um modelo de análise que desse conta de interrelacionar os principais elementos teóricos integrantes do estudo das crises capitalistas. Mais especificamente o trabalho procurou revisar o debate entre crise e colapso, travado principalmente no interior da II Internacional Comunista, tentando apurar as controvérsias de fundo que o motivaram.

Empreendemos, além disso, uma revisão, ainda que breve, das teses mais recentes da crise, percebendo seus avanços e recuos teóricos, em relação ao que se tinha escrito anteriormente sobre o tema.

Procuramos também organizar o que Marx escreveu sobre a crise capitalista, que se encontra fragmentado em sua obra, tentando entender e correlacionar coerentemente tais escritos.

A revisão do debate considerado clássico nos revelou a sua grande riqueza e, simultaneamente, suas limitações. Não poderia ter sido pobre um debate que confrontou posições de nomes

tão célebres quanto os de Rosa Luxemburg, Lenin, Hilferding, Bukharin e tantos outros. Não conseguiria ser desprovida de paixões uma polêmica realizada numa etapa tão decisiva do desenvolvimento capitalista, momento em que se consolidava a fase imperialista e a ameaça de irrupção da Primeira Guerra Mundial tornava-se cada vez mais concreta com a escalada militarista desencadeada nos principais Estados Nacionais.

Para os partidos operários era essencial entender a natureza das crises, o problema do subconsumo e da desproporção entre os setores. Exigiam também respostas no plano da teoria, a rápida internacionalização do capital, o crédito, o capital financeiro. Novos fenômenos econômico-sociais surgiam em alta velocidade e exigiam dos dirigentes partidários grande capacidade de dar respostas que possibilitassem um norte para a ação política.

Esta estreita e fértil vinculação da elaboração teórica com os rumos da luta de classes produziu textos que se constituem em leitura obrigatória até os dias de hoje. Paradoxalmente, porém, esta mesma vinculação entre uma e outra esfera é também a razão das limitações destes estudos, consequência do fato de a produção teórica se tornar, em alguns momentos, excessivamente subordinada à política partidária.

Na fase aonde esta vinculação é mais estreita, a fase da *teoria do colapso*, iniciada ainda no século passado, pouco se distinguia, dentre as formulações de Marx sobre crise, os aspectos objetivos do desenvolvimento capitalista, dos aspectos subjetivos

ligados à organização dos trabalhadores, da luta de classes, etc. Daí a 'visão catastrofista, supostamente defendida por Marx e criticada por Eduard Bernstein.

Quando a produção adquire, nas trincheiras marxistas, uma certa autonomia dos rumos imediatos do movimento operário - isto já um pouco mais tarde quando, inclusive, este enfrentava um refluxo - ela se torna mais rica e consistente. A discussão abandona, finalmente, a esfera da circulação, aonde permaneceu por longos anos, e resgata o caráter endógeno da crise, isto é, o de fenômeno próprio do processo de produção.

Qualquer crítica que hoje - quase um século após a publicação de alguns artigos imortais sobre a crise e o *iminente colapso* do sistema - se possa fazer a respeito de aspectos daquele debate, não desfaz seus méritos e sua inegável contribuição para a compreensão deste controvertido tema.

O desafio de buscar entender e organizar o que Marx escreveu sobre o assunto exigiu-nos bastante. Principalmente porque a produção teórica sobre as crises, passada a ebulição que caracterizou as primeiras décadas deste século, padeceu intermináveis anos de estagnação. A partir da original contribuição de Grossmann publicada em 1929, excluindo-se honrosas exceções, as contribuições foram em geral muito modestas, limitando-se a repetir - ou negar - o que já se havia dito sobre o assunto.

Este problema tornou-se ainda mais agudo no pós-Segunda

Guerra, quando o capitalismo experimentou 25 anos de prosperidade praticamente ininterruptos, ocasião em que falar de crise poderia parecer devaneio escolástico. Ainda às vésperas da crise que pôs fim a esse período, os ideólogos do capitalismo afirmavam, com inabalável convicção, serem as crises coisas do passado, perfeitamente controláveis pelas receitas inspiradas nas teses de Keynes.

As formulações *ortodoxas*, por outro lado, limitavam-se a repetir os escritos de Marx e Lenin sobre crise e profetizar o final inexorável do capitalismo, ao invés de procurar fazer avançar tais escritos com base num esforço de compreensão das formas mais complexas assumidas permanentemente por este modo de produção. Exemplo disso é a forma *inflacionista* adquirida pela crise na etapa monopólica do capitalismo, em relação a qual ainda são insuficientes os esforços de explicação a partir de uma perspectiva marxista.

A crise de sobreprodução surgida em 1974 em praticamente todos os países capitalistas, como não poderia deixar de ser, provocou imensos reflexos na teoria econômica. No interior da teoria burguesa, levou ao retorno das teses liberais e neo-clássicas e colocou o keynesianismo numa posição de ostracismo.

No campo do marxismo - ou pelo menos próximo a ele - a resposta à crise da economia e da teoria burguesa foi o surgimento de várias correntes com características ecléticas, rejeitando abertamente as formulações *ortodoxas* de linha marxista e agregando

novos elementos à análise.

Tais formulações, como sucintamente tentamos demonstrar, padecem de inúmeros problemas. Estes iniciam pela mistura de elementos teóricos de diversas escolas, indo até o abandono da visão da necessidade de superação do capitalismo. A negação da suposta ortodoxia marxista de interpretação das crises - que tais escolas muito acertadamente fazem - acaba se convertendo na negação do próprio marxismo enquanto instrumental científico de explicação da realidade.

A verdade é que estas teorias ocuparam um imenso espaço teórico que se encontrava vago. Não se pode explicar a crise atual do capitalismo pura e simplesmente com as formulações dos teóricos da II Internacional ou mesmo com os escritos de Marx sobre crise, apenas. Estes escritos devem servir como referência e ponto de partida mas não podem ser o ponto de chegada. Se assim fosse, tornar-se-iam um dogma inútil ao avanço da ciência e à construção de uma nova sociedade, diferente da barbárie apresentada pelos ideólogos da burguesia como única alternativa possível de sociedade humana.

Nada mais verdadeiro do que dizer que a realidade é muito mais criativa e surpreendente do que a mais fértil e sonhadora imaginação. Há cem anos atrás alguns marxistas não tinham nenhuma dúvida de que o capitalismo estava com seus dias contados. Tratava-se apenas de organizar o proletariado e acelerar a derrocada do sistema. Um século após, o que assistimos em todo o

mundo, por ironia extrema da história, é justamente a *derrocada* impressionante do chamado *socialismo real*.

Entretanto, quase ao mesmo tempo em que alguns renomados porta-vozes da ideologia burguesa alardeiam o *fim da história*, o capitalismo mergulha em mais uma grande crise, que iniciou pela sua proa, os Estados Unidos, e já se alastra pelo mundo como fogo na gasolina. Talvez mais do que em qualquer momento deste século, a falta de expectativas para o movimento operário nunca tenha sido tão grande. Mais do que nunca, vamos precisar de criatividade e força para encontrar as saídas... e de muita coragem também !

ANEXO

No livro segundo de *O Capital*, Marx nos apresenta primeiramente um esquema de reprodução simples, ou seja, analisa a reprodução do capital e, simultaneamente, a relação de intercâmbio entre a indústria de meios de produção e a de meios de consumo sob o pressuposto de que os capitalistas consomem pessoalmente toda a mais-valia produzida.

No esquema de Marx, a indústria é dividida em dois grupos: meios de produção e meios de consumo. Os dois grupos possuem um intercâmbio recíproco e, posto que a reprodução é simples, ambos os setores iniciam novo processo produtivo sob a mesma base que o anterior.

O esquema de Marx da reprodução simples é o seguinte:

Para nossa pesquisa sobre a reprodução simples tomaremos por base o esquema abaixo em que c = capital constante, v = capital variável, m = mais-valia e suporemos ser a taxa da mais-valia $m'v = 100\%$; os números podem representar milhões de marcos, francos ou libras esterlinas.

I. Produção de Meios de Produção:

Capital $4000\ c + 1000\ v = 5000$

Produto-mercadoria $4000\ c + 1000\ v + 1000 = 6000$,
existentes em meios de produção.

II. Produção de Meios de Consumo:

Capital $2000\ c + 500\ v = 2500$

Produto-mercadoria $2000\ c + 500\ v + 500\ m = 3000$,
existentes em meios de consumo.

Em suma, totalidade do produto-mercadoria anual:

I. 4000 c + 1000 v + 1000 m = 6000 meios de produção

II. 2000 c + 500 v + 500 m = 3000 meios de consumo

Valor global 9000, donde se exclui o capital fixo que prossegue funcionando em sua forma natural, de acordo com suposição estabelecida (O Capital, v. II, 424).

Quando, no caso da reprodução simples, estão dados os números para o setor de meios de produção, os que correspondem à indústria de bens de consumo não podem ser definidos arbitrariamente, mas se derivam, com precisão matemática, das relações de troca entre ambos os setores.

No setor I só se produzem meios de produção. Por isso os 4000 c desse setor não precisam ser trocados, já que se encontram numa forma que possibilita sua reprodução. Os 1000 m e 1000 v do setor I possuem primeiro a forma de meios de produção e sob esta não podem ser utilizados nem para o consumo dos trabalhadores nem pelos capitalistas para consumo pessoal. Por isso, devem se deslocar do setor I e serem empregados no setor II como reposição do capital constante.

Por outro lado, o capital constante do setor II (2000 c) é produzido na forma material de meios de consumo, o que impossibilita sua permanência neste setor; estes meios de consumo devem ser trocados pelos meios de produção do setor I. Os 500 m e os 500 v, pelo contrário, já são produzidos na forma material que possibilita sua permanência no setor II. Por conseguinte, as relações decisivas entre os dois setores consistem em que o capital

variável mais a mais-valia do setor I devem ser igual ao capital constante do setor II, ou

$$1000 v + 1000 m = 2000 v$$

Se isto ocorre, estão dadas, então, as condições formais prévias para a reprodução simples.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, Michel. *Regulacion y Crisis del Capitalismo. La Experiencia de los Estados Unidos.* México: Siglo Veintiuno, 1979.
- AGLIETTA, M., AMIN, S., ATTALI, J., CHEVALIER, J.M., PALLOIX, C. e outros. *Ruptura de um Sistema Econômico.* Madri: H. Blumes Ediciones, 1981.
- AMIN, Samir. *A Crise do Imperialismo.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- BARAN, Paul A.. *A Economia Política do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BENAKOUCHE, Rabah. *Inflação e Crise na Economia Mundial.* Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- BROHM, Jean-Marie. *O que é Dialética?* Lisboa: Antídoto, 1979.
- BUKHARIN, Nicolai I.. *A Economia Mundial e o Imperialismo.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CAMPAÑARIO, Paulo. *Dialectica y Empirismo.* San José: Educa, 1983.
- CARCANHOLO, Reinaldo A.. *A Mercadoria: Guia de Leitura de Marx.* Campina Grande: Cadernos de Economia, Mestrado em Economia, 1987.
- CASTELLS, Manuel. *A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COLLETTI, Lúcio. *El Marxismo y El Derrumbe del Capitalismo.* México: Siglo Veintiuno, 1978.
- DE SOUZA, Nilson Araújo. *Crisis y Lucha de Classes en Brasil - 1974-1979 (dissertação de Doutorado).* México: Facultad Nacional de Economia, UNAM.
- DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo e Corporações Multinacionais.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ENGELS, Friederich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.* In Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega.

- ESPÍNDOLA, Célio Gregório. *Desenvolvimento e Crise - O Processo de Acumulação Financeira no Brasil - Período 1965/87*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1987 (mimeo).
- FARIA, Luiz Augusto Estrella, CONCEIÇÃO, Octávio A. Camargo, BELLO, Teresinha da Silva. *Desvendando a Espuma: Reflexões Sobre Crise, Regulação e Capitalismo Brasileiro*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989.
- FRANK, André Gunder. *A Acumulação Mundial*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- GROSSMANN, Henryk. *La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista*. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- HILFERDING, Rudolf. *El Capital Financeiro*. Havana: Instituto Cubano del Libro, 1971.
- LEIVA, Orlando Caputo & REYNO, Jaime Estay. *La Economía Mundial Capitalista y America Latina*. Faculdade de Economia, UNAM, 1987 (mimeo).
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIPIETZ, Alain. Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro; a contribuição de alguns trabalhos franceses recentes. *Revista Questões de Economia Política*. 1986, os. 13-29.
- _____. *Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *A Crise do Capital: Os Fatos e Sua Interpretação Marxista*. São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1990.
- MÂNTEGA, Guido. A Lei da Taxa de Lucro: A Tendência da Queda ou A Queda da Tendência? *Estudos Cebrap*. 1978, 16, 27-64.
- MARX, Karl. *As Crises Econômicas do Capitalismo*. São Paulo: co-edição Ched e Populares, 1982.

- _____. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. *Teorias da Mais-Valia, V. II*. São Paulo: Difel, 1985.
- MÁRX, Karl & ENGELS, Friederich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega
- MAZZUCHELI, Frederico. *A Contradição em Processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENDONÇA, Antônio. *A Crise Econômica Capitalista e a Sua Forma Contemporânea* (Tese de Doutorado). Lisboa: Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 1987.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1982.
- OHLWEILER, Otto Alcides. *Materialismo Histórico e Crise Contemporânea*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- POSSAS, Mário Luiz. O Projeto Teórico da "Escola de Regulação". *Novos Estudos Cebrap*. 1986, 21, 195-212.
- RIBEIRO, Nelson & MENDONÇA, Antônio. *A Crise Econômica Atual: Um Ensaio de Interpretação Marxista*. In *Revista de Economia Política*. v. 6, n. 4. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de el Capital de Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- TREPELKOV, V.. *A Crise Geral do Capitalismo*. Moscou: Progresso, 1985.